



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

MAYRA GUSMAN DE SOUZA

**SENTIR PARA VER:
Levantamento da produção sobre
experiência multissensorial nos museus**

BRASÍLIA – DF

2014

MAYRA GUSMAN DE SOUZA

**SENTIR PARA VER:
Levantamento da produção sobre
experiência multissensorial nos museus**

Trabalho de Conclusão de Curso realizado como parte dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientação: Prof^a Dr^a Maria Júlia Estefânia Chelini

BRASÍLIA – DF

2014

Souza, Mayra Gusman de

SENTIR PARA VER: Levantamento da produção acadêmica sobre experiência multissensorial nos museus/ Mayra Gusman de Souza – Brasília: Faculdade de Ciências da Informação, Universidade de Brasília, 2014.

83 f.

Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2014.

Inclui bibliografia.

Orientação: Maria Júlia Estefânia Chelini.

1. Museus. Acessibilidade. Experiência Multissensorial. Levantamento. Publicações acadêmicas. I. Chelini, Maria Júlia E. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: SENTIR PARA VER: Levantamento da produção acadêmica sobre experiência multissensorial nos museus

Estudante: Mayra Gusman de Souza

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – FCI/UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:

Orientadora:



Maria Júlia Estefânia Chelini

Professora do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília – IG/UnB

Doutora em Ciências

Membro:



Rafaela Alves Felício

Membro da Coordenação de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia –

IBRAM

Pós-graduada em Conforto Ambiental e Edificações Sustentáveis.

Membro:



Marijara Souza Queiroz

Professora da Faculdade de Ciência da Informação – FCI/UnB

Mestre em Artes Visuais

Brasília – DF, 15 de agosto de 2014.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais

*E a todas as pessoas que um dia desejam trabalhar com este universo que é a
Experiência Multissensorial.*

AGRADECIMENTOS

Estar aqui hoje e entregar esta pesquisa é a realização de um sonho que começou há mais dez anos atrás em uma aula de História da Arte quando cursava o 3º ano do Ensino Médio e tive o prazer de conhecer este rico universo: os museus.

Durante esta caminhada, muitas pessoas passaram pela minha vida e contribuíram para que este sonho se tornasse realidade. A eles, os meus sinceros agradecimentos:

Agradeço todos os dias a Deus, criador de todas as coisas e orientador da minha vida, por ter me dado forças para continuar e por guardar todos os dias desta minha jornada;

À minha família e amigos, que mesmo de longe, me incentivaram e me sustentaram todos os dias;

À professora Maria Júlia Estefânia Chelini pela orientação, dedicação, compreensão, paciência, amizade e auxílio nos momentos de elaboração desta pesquisa, que, mesmo estando com a pequena Ágata nos braços, me ajudou nesta caminhada;

À professora Silmara Kuster, que um dia encontrou meu pai e falou sobre o curso de Museologia. Me proporcionou a oportunidade de conhecê-lo e a força para fazê-lo, mas, principalmente, pela amizade e auxílio nesta caminhada museal;

Às professoras do curso de Museologia, Ana Abreu, Andreia Considera, Elizângela Carrijo, Celina Kunioishi, Déborah Santos, Marijara Queiroz e Monique Magaldi, pelo conhecimento que puderam me proporcionar sobre o universo museológico;

Aos funcionários e amigos do Museu de Geociências da Universidade de Brasília, que me mostraram um mundo novo sobre os Museus de Ciência e Tecnologia e me acompanharam nesta jornada;

Aos amigos e colegas do curso de Museologia, que passaram pela minha jornada acadêmica.

Na escuridão percebi o valor enorme das palavras.

Graciliano Ramos

RESUMO

O presente trabalho apresenta um levantamento das publicações em forma de artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado elaboradas sobre experiência multissensorial. Para contextualizá-los, o presente discute brevemente temas como deficiência, dados estatísticos e legislação. Caracteriza a acessibilidade e a acessibilidade a museus, dando enfoque principal à experiência multissensorial. A partir desta análise conceitual e por meio de pesquisa em bases de dados e bibliotecas digitais de Universidades Brasileiras, apresenta os dados obtidos quanto à quantidade de publicações elaboradas, países e ano de publicação, idioma, entre outros parâmetros.

Palavras-chave: Museus. Acessibilidade. Experiência Multissensorial. Levantamento. Publicações acadêmicas.

ABSTRACT

The present research presents a survey of published scientific papers, undergraduate course monographs, masters dissertations and theses of doctoral degree produced in Brazil and around the world on multisensory experience. To contextualize them, the present work briefly discusses topics such as disabilities, statistics and law. Accessibility and accessibility to museums are characterized, focusing on multisensory experience. From this conceptual analysis and through research in databases and digital libraries in Brazilian Universities, data on the number of publications produced, country and year of publication, language, among other parameters are presented.

Key-words: Museums. Accessibility. Multisensory experience. Survey. Academic Publications.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Símbolo Internacional da Pessoa com deficiência.....	39
Figura 2 –	Símbolo Internacional do Deficiente Visual.....	40
Figura 3 –	Símbolo Internacional do Deficiente Auditivo.....	40
Figura 4 –	Adaptação de Aldrey Baldo para Duarte & Cohen. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ.....	41
Figura 5 –	Composição de sinalização tátil de alerta e direcional.....	49
Figura 6 –	Portas com e sem Acessibilidade.....	51
Gráfico 1 –	Percentual de pessoas com pelo menos umas das deficiências investigadas na população residente, por grupos de idade.....	27
Gráfico 2 –	Proporção da população com pelo menos uma das deficiências investigadas por grandes Regiões.....	27
Gráfico 3 –	Percentual por tipo de deficiência.....	28
Gráfico 4 –	Porcentagem de Museus que possuem instalações destinadas a ‘portadores de necessidades especiais’ (sic!), Brasil, 2010.....	42
Gráfico 5 –	Porcentagem de Museus que por tipos de instalações para ‘portadores de necessidades especiais’ (sic!), Brasil, 2010.....	43
Gráfico 6 –	Países das publicações em porcentagem.....	63
Imagem 1 –	Sinalização Tátil na Biblioteca da Universidade de Brasília.....	50
Imagem 2 –	Maquete Tarsila do Amaral.....	58
Imagem 3 –	Material desenvolvido pelo Museu Paulista para atender as pessoas com deficiência.....	58
Imagem 4 –	Moldes em resina e gesso, em formatos tridimensionais, simulam organelas celulares, tecidos e órgãos do corpo humano.....	59
Quadro 1 –	Diretrizes de Acessibilidade e Sustentabilidade por Eixo Setorial.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Pessoa com deficiência nos Estados Brasileiros com pelo menos uma das deficiências investigadas – População Residente e Proporção.....	28
Tabela 2 –	Quantidade de Artigos Científicos, TCCs, Dissertações e Teses de acordo com a Base de Dados analisadas.....	62
Tabela 3 –	Ano das Publicações Analisadas.....	66
Tabela 4 –	Periódicos e datas da primeira edição.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMDM	Associação Americana de Deficiência Mental
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IDRM	International Disability Rights Monitor
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PNM	Política Nacional de Museus
PNMS	Plano Nacional Setorial de Museus
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
METODOLOGIA.....	17
CAPÍTULO I.....	19
1 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	19
1.1 Histórico.....	19
1.2 Conceito de Pessoa com deficiência.....	20
1.2.1 Tipos de deficiência.....	22
1.3 Os sentidos.....	24
1.4 Estatísticas.....	26
1.5 Legislações.....	29
CAPITULO II.....	33
2 “O DIREITO DE IR E VIR”, ACESSIBILIDADE PLENA.....	33
2.1 Acessibilidade: definição.....	33
2.2 Barreiras.....	34
2.3 Desenho Universal.....	36
2.4 Símbolos.....	39
2.5 Acessibilidade em Museus.....	40
2.5.1 Acessibilidade nos Museus Brasileiros.....	42
2.6 Formas de Acessibilidade.....	46
2.6.1 Acessibilidade Atitudinal.....	47
2.6.2 Acessibilidade Física.....	48
2.6.3 Acessibilidade Comunicacional.....	51
2.7 Experiência Multissensorial e Interação.....	54
2.8 Experiência Multissensorial nos diferentes tipos de Museus.....	57
CAPÍTULO III.....	61
3 LEVANTAMENTO E ANÁLISE SOBRE EXPERIÊNCIA SENSORIAL EM MUSEUS.....	61
3.1 Apresentação dos Dados Gerais.....	61

3.2	Conteúdos dos textos encontrados.....	68
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS.....	73
	ANEXOS.....	78
	ANEXO A – REFERÊNCIAS DOS TEXTOS OBTIDOS.....	79

INTRODUÇÃO

Experiência multissensorial e acessibilidade plena aos museus são requisitos pertinentes a uma exposição, principalmente quando se pensa na visita com autonomia de uma pessoa com deficiência, ou seja, sem a necessidade de acompanhamento ou agendamento.

Como futuros museólogos, devemos nos questionar sobre a viabilidade de ações de acessibilidade e criar formas de torna-la uma realidade no nosso dia a dia. Assim, a ideia desta pesquisa surge da necessidade de que nós, profissionais da Museologia, comecemos a discutir e refletir sobre questões relativas à acessibilidade a todas as pessoas, assunto que nem sempre é discutido com a devida profundidade durante o nosso curso.

Decidi trabalhar com o tema *Experiência Multissensorial*, pois percebi, a partir de minha dificuldade de locomoção (gerada por uma lesão de um nervo na perna), como as pessoas com deficiência, independentemente do tipo de sua deficiência, vivenciam dificuldades ao visitar determinadas instituições.

Em 2010, durante visita ao Museu Paulista da USP, notei como era difícil para pessoas deficientes se locomoverem naquele espaço. Comecei a observar com maior cuidado as questões de acessibilidade sob vários aspectos e constatei que muitos museus não dispunham de espaços, atividades e exposições que atendessem a todas as pessoas.

Essa experiência despertou em mim grande interesse em compreender como os museus poderiam atender as pessoas com deficiência. Como os museus seriam capazes de quebrar a barreira visual existente, uma vez que são, prioritariamente feitos de objetos e que estes, em grande parte, ficam inacessíveis ao toque. Despertou o meu interesse, principalmente, saber se e o que a academia e os teóricos das diversas áreas correlacionadas aos museus têm pensado e falado sobre o assunto da experiência multissensorial.

Esta pesquisa está integrada ao eixo *Teoria e Prática Museológica* do curso de Museologia da Universidade de Brasília que “focaliza a formação específica compreendendo disciplinas de conteúdo teórico e prático voltado para a Museologia, a Teoria Museológica, a Pesquisa Museológica e a Museografia”.¹ Nesta

¹ Site da Faculdade de Ciência da Informação. Disponível em: <<http://www.museologia.fci.unb.br/index.php/curso/curriculo/manual-do-curso-de-museologia>>. Acesso em 02 de maio de 2014.

abordagem, falar sobre “acessibilidade e experiência multissensorial em museus” traz para a discussão um assunto não discutido, com tanta frequência, durante os quatro anos de curso que pude realizar nesta Universidade. Cabe ressaltar que não há matéria obrigatória que possibilite discussão mais aprofundada sobre o assunto e somente breves comentários são feitos em matérias como Museologia e Comunicação 2.

Por essa razão, essa pesquisa pretende trazer à discussão temas que, apesar de não estarem tão presentes no processo de formação, têm sido atualmente debatidos com certa intensidade, principalmente dentro do campo museológico. Como testemunho desta discussão, podemos citar a lei de acessibilidade a deficientes (Lei nº 10.908 de 19 de dezembro de 2000); a *Instrução Normativa nº1 do IPHAN* que aborda o tema, de 2003; um dos manuais de base utilizado no Brasil, do Instituto de Museus Português, de 2004; além do fato do IBRAM ter se debruçado sobre o assunto em 2012, com a publicação elaborada por Regina Cohen, Cristiane Duarte e Alice Brasileiro, criando o segundo volume do *Caderno de Museologia* intitulado *Acessibilidade a Museus*.

Quando nos referimos à produção acadêmica, foco da análise principal desta pesquisa, observamos, de acordo com o site da BBC Brasil, que a produção científica brasileira avançou de 3.665 para 30.021 artigos científicos publicados entre 1999 e 2008 e o Brasil formou cerca de 10 mil novos pesquisadores doutores no último ano analisado.² Portanto, a produção científica brasileira tem crescido cada vez mais ao longo dos anos e cabe a nós, profissionais da Ciência da Informação, analisar qual a representatividade destes dados para a área.

Assim esta pesquisa tem como objetivo principal realizar um levantamento das publicações em forma de artigos, TCCs, dissertações e teses elaboradas por autores brasileiros e estrangeiros sobre experiência multissensorial nos museus.

No momento em que o pesquisador atinge um novo conhecimento, precisa comunicá-lo aos seus pares. Esta fase se faz necessária mediante a intensificação do processo de comunicação do pesquisador com a sua comunidade científica. Desta forma, os processos de comunicação desempenham papel essencial para o reconhecimento do conhecimento produzido por meio da ampla difusão que o processo de comunicação científica pode permitir.³

² Site da BBC Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/2010/01/100127_brasil_russia_ciencia_rw.shtml>. Acesso em 26 de julho de 2014.

³ CASTRO, 2009, p.21.

A publicação de um artigo ou elaboração de uma tese é o momento em que o profissional comunica aos seus pares a descoberta de um conhecimento ou a reflexão sobre um assunto pertinente. Este processo desempenha papel importante dentro da respectiva área, pois dá a oportunidade aos profissionais de ampliarem a difusão do conhecimento.

De acordo com Aiboit, Bufrem e Freitas, realizar um estudo sobre a comunicação científica nos dá a oportunidade de examinar e avaliar os conteúdos produzidos, as tendências, os métodos e as influências teóricas.⁴ Percebendo esta realidade dentro do campo da Ciência da Informação, vemos a necessidade de conhecer um pouco sobre o que se tem publicado sobre experiência multissensorial, e se este é, de fato, um tema que tem representatividade dentro do campo da Museologia, justificando assim o intuito desta pesquisa.

A estrutura deste trabalho busca seguir uma ordem crescente. O capítulo I, buscando traçar um histórico sobre o movimento para tornar os espaços mais acessíveis, define o que é deficiência de acordo com documentos legais e quais são os tipos de deficiência existentes e sua relação com os sentidos. Aborda também, ainda que brevemente, dados estatísticos sobre as pessoas com deficiência no Brasil e no mundo bem como algumas leis que regem a questão da acessibilidade.

O segundo capítulo apresenta a questão da acessibilidade em si, a tentativa de tornar os espaços mais acessíveis a todas as pessoas; examina os conceitos de barreiras e de desenho universal; e descreve os símbolos utilizados para as pessoas com deficiência. Propõe-se, então, uma discussão sobre a acessibilidade em museus, focando sobre o que os órgãos brasileiros estabelecem sobre o assunto. Aborda, ainda, as formas de acessibilidade, enfatizando a experiência multissensorial e diferenciando-a da interação. Por fim, mostra exemplos de museus brasileiros que exercitam esta atividade.

O terceiro capítulo se concentra na meta principal da presente pesquisa: a realização de um levantamento das publicações acadêmicas em forma de artigos, TCCs, dissertações e teses elaboradas por autores brasileiros e estrangeiros sobre experiência multissensorial, trazendo uma análise quantitativa dos dados e averiguando a importância destas publicações para a acessibilidade plena dos museus e para a pesquisa museológica.

⁴ ARBOIT; BUFREM; FREITAS, 2010, p. 19.

METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa é realizar levantamento das publicações sobre experiência multissensorial, na forma de artigos científicos, TCCs, dissertações ou teses, e desta forma emprega preponderantemente uma abordagem quantitativa.

Para a realização deste trabalho, a pesquisa foi dividida em dois momentos. Primeiro tentou-se encontrar materiais bibliográficos que auxiliassem na produção dos dois primeiros capítulos, que pudessem oferecer uma base teórica para abordar o assunto e explanar alguns conceitos e que trabalhassem com o tema acessibilidade, inclusão, pessoa com deficiência, entre outros conceitos.

Para o segundo momento da pesquisa e a elaboração do terceiro capítulo, fez-se uso do critério de busca com a utilização de palavras chaves em base de dados determinadas para a obtenção das publicações referidas.

Como a intenção da pesquisa é verificar o material acadêmico produzido sobre experiência multissensorial, principalmente quanto à utilização do tato como um dos sentidos para compreender as obras e objetos expostos nos museus, que estejam disponíveis para todas as pessoas com deficiência. Foram empregados os seguintes termos: *Museu, Acessibilidade, Multissensorial, Pessoa com deficiência e Deficiente Visual*. Todas as expressões foram utilizadas em pares com a palavra *Museu*. Os termos foram pesquisados também em inglês e as variáveis utilizadas foram: título, palavra-chave, resumo e assunto.

Vale colocar neste momento, que apesar do intuito da pesquisa de atender a todas as pessoas com deficiência, o fato de utilizar o tato é mais recorrente para deficientes visuais, assim acrescentou-se este termo para abranger uma maior quantidade de artigos que abordem o assunto.

Para a concretização da pesquisa, priorizaram-se oito Bases de Dados e cinco Bibliotecas Digitais, a saber:

- ABDM – que compreende artigos da área da Ciência da Informação desde 1972 até 2014, além de todas as publicações exibidas nos ENANCIBs;
- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBCT – que permite a busca em mais de 90 instituições de ensino e pesquisa brasileiras;
- Biblioteca Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);

- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- Biblioteca Digital de Monografias da Universidade de Brasília (UnB);
- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP);
- BRAPCI – Bases de dados que serve de referência para a área da Ciência da Informação, com artigos de mais de 37 periódicos brasileiros;⁵
- DOAJ (Directory of Open Access Journals) – Reúne mais de 5.000 títulos de diversas áreas em diversos idiomas;
- JSTOR – Base de dados de grande importância que compreende artigos de diversas áreas;
- NDLTD (Networked Digital Library of Theses and Dissertations) – Rede de Bibliotecas Digitais de diversos países;
- Portal de Periódicos CAPES/ MEC;
- PROQUEST – que engloba mais de 90.000 fontes autorizadas, com uma coleção de teses, dissertações, artigos científicos, jornais regionais, e-books, entre outros materiais;
- SciELO – “Coleção Multidisciplinar de mais de 290 revistas científicas do Brasil, Chile, Cuba, Espanha, Venezuela e outros países da América Latina”.⁶

Para apresentação dos resultados obtidos foram produzidos, após compilação dos dados, gráficos e tabelas que permitissem melhor análise dos resultados.

Considerando a disponibilidade de dados nas bases analisadas, o presente trabalho não possui um recorte temporal específico. Assim, esperava-se abarcar a maior quantidade de publicações possíveis.

O processo de coleta foi realizado entre 17 de julho de 2014 a 24 de julho de 2014.

⁵ Biblioteca da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.bce.unb.br/bases-de-dados/>>. Acesso em 24 de julho de 2014.

⁶ Biblioteca da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.bce.unb.br/bases-de-dados/>>. Acesso em 24 de julho de 2014.

CAPÍTULO I

1 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.⁷

Já no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, coloca-se a igualdade entre as pessoas, independente de raça, sexo, idade, ou deficiência. Perante a lei e a sociedade somos, portanto, todos iguais, seres humanos que merecem respeito e dignidade. Somos, contudo, ao mesmo tempo, diferentes, cada um possuindo algo que nos torna únicos e que nos diferencia de um todo.

Este capítulo visa abordar uma dessas diferenças que entendemos carecer de mais atenção, e para tanto descreve brevemente o tema da deficiência e como surgiu o debate sobre a acessibilidade para as pessoas com deficiência. Pretende ainda pensar em formas diferentes de ver a acessibilidade, de pensar não na limitação da pessoa com deficiência, mas no que esta pessoa é como ser humano e como minimizar as barreiras que a cercam.

1.1 Histórico

Desde a Antiguidade, as pessoas com deficiência eram mantidas fora do convívio social. Muitas vezes, por fazerem parte de famílias pobres, nem eram consideradas como parte da sociedade.

Veet Vivarta, autor do livro *Mídia e deficiência*, sustenta que a evolução dos conceitos sobre pessoas com deficiência passou por três momentos: “a política de segregação, a política de integração e a política de uma sociedade inclusiva”.⁸

A política de segregação ocorreu até a década de 1940, fase em que as pessoas com deficiência eram uma parcela excluída da sociedade. A política de integração surge após este período, principalmente devido ao retorno dos soldados, ao término da Segunda Guerra Mundial (1945), uma vez que os mesmos voltavam da guerra com alguns dos seus sentidos prejudicados. Assim criou-se uma política

⁷ BRASIL, *Constituição Federal*, 1988. Artigo 5º.

⁸ VIVARTA, 2003, p.17.

de integração destes indivíduos à sociedade, propondo-se formas de adaptação para melhor atendê-los.

Os movimentos de Inclusão Social ganharam força a partir da década de 1980, quando surge a prática de uma política de sociedade inclusiva. Inspirados na *Declaração Internacional de Direitos Humanos da ONU*, os ativistas do movimento de inclusão incentivaram a criação de diversas leis, decretos e declarações que enfatizam a promoção da acessibilidade e os direitos das pessoas com deficiência.⁹

Um dos momentos que marca este período de luta por uma acessibilidade plena, a busca pela política de uma sociedade inclusiva, se dá em 1981 e, de acordo com Veet Vivarta, já se dá tardiamente, se pensarmos que a luta pela inclusão das pessoas com deficiência se inicia na década de 1940. O autor coloca que: “Foi só em 1981, ao instituir o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, que a ONU oficializou o embrião do conceito de sociedade inclusiva”.¹⁰ Assim, este movimento passa a ganhar cada vez mais força para buscar melhores soluções.

No Brasil, o que marca este período de luta em prol da pessoa com deficiência é a criação da Norma da ABNT NBR 9050 em 1983 e a promulgação da Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentações que serão apresentadas mais adiante, ao longo do presente trabalho.

Frente ao exposto é possível perceber que as discussões sobre pessoas com deficiência, formas de inclusão e integração dentro da sociedade, são assuntos muito atuais, pois, apesar de existirem leis e documentos nacionais e internacionais sobre o assunto, é fácil constatar que a acessibilidade não é plena, resultando em discriminação e segregação.

1.2 Conceito de Pessoa com deficiência

Ao longo dos anos, o conceito de deficiência, passou por diversas formulações. Termos e conceitos foram adaptados para melhor representar a pessoa com deficiência e também a forma “politicamente correta” de se abordar o tema.

⁹ SARRAF, 2008.

¹⁰ VIVARTA, 2003, p.20.

Esta pesquisa trabalha com uma definição sobre deficiência e uma sobre a pessoa com deficiência elaboradas por órgãos nacionais e internacionais. O primeiro conceito, exposto através de Decreto, promulgado no Brasil, define:

Deficiência – perda total ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.¹¹

Ao analisar a definição utilizada pelos órgãos brasileiros, nota-se que a mesma já aborda a deficiência como algo “fora dos padrões da normalidade do ser humano”, podendo levar a compreensão de que a pessoa com deficiência não é normal. Em função disso, decidimos utilizar o segundo conceito, o qual foi empregado na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, organizada pela ONU em 2007, a saber:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.¹²

É essa definição, aceita pela ONU, promulgada como documento oficial no Brasil, através do decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que permeará a discussão ao longo deste trabalho. Assim, empregaremos aqui também o termo “pessoa com deficiência”, cunhado na mesma Convenção. Analisando este conceito, podemos perceber que a acessibilidade, então, será a forma de integração da mesma dentro deste ambiente.

É importante, todavia, ter em mente que existem outras formas de se referir à pessoa com deficiência como as expressões “pessoa portadora de deficiência” ou “pessoa portadora de necessidades especiais”. Muito embora estes termos não sejam mais utilizados, foram considerados corretos durante a elaboração das leis referidas e também em diversos trabalhos acadêmicos citados nessa pesquisa.

Cabe também ressaltar que este trabalho foca pessoas com deficiência permanente¹³, não englobando, neste termo, pessoas com necessidades especiais, como gestantes, pessoas com criança de colo ou pessoas com mobilidade reduzida

¹¹ BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Artigo 3º.

¹² ONU. *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Nova York, 2007.

¹³ Deficiência Permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos (Decreto nº 3,298, de 20 de dezembro de 1999).

devido a algum problema de saúde, que necessitam de acessibilidade durante determinado período, e não permanentemente.

1.2.1 Tipos de deficiência

Quando discorreremos sobre deficiência, podemos englobar diversos tipos de deficiência. Porém, ao considerar a acessibilidade em museus, necessitamos separar cada uma delas de forma a que possamos compreender e idealizar a melhor forma de atender a cada um dos públicos de acordo com as suas especificidades.

Hoje, o tema da deficiência abrange a deficiência física, auditiva, visual, mental e múltipla. Mas como compreender cada uma delas? Como podemos diferenciar graus de deficiência? Analisemos, agora, um pouco mais sobre cada uma delas, de acordo com o Decreto nº 5.296/04:

- a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
- b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
- c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
- d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho;
- e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.¹⁴

Conforme o mesmo decreto, cada tipo de deficiência possui determinadas características e, muitas vezes, as deficiências podem estar associadas, como é o caso da deficiência múltipla. Mesmo quando tratamos de um único tipo de

¹⁴ BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Artigo 5º.

deficiência, o grau da lesão gera diferenças, como é o caso da deficiência visual, em que existem pessoas que nada enxergam, os cegos, e pessoas que possuem visão parcial, as pessoas de baixa visão.

Pensando nas diferentes características de cada pessoa com deficiência, resolvemos analisar com atenção as especificidades de dois tipos de deficiência: a deficiência visual, englobando as pessoas cegas ou com baixa visão, e a deficiência mental, que são pessoas com dificuldade de aprendizado e que, em muitos casos também apresentam a memória visual menos desenvolvida.

A deficiência visual total, a cegueira, pode ocorrer de duas formas de acordo com Amanda Tojal: a *cegueira congênita* ou *precoce* e a *cegueira tardia* ou *adquirida*.

A cegueira congênita ou *precoce* caracteriza-se por uma má formação ocasionada por fatores hereditários, congênitos, doenças (rubéola) ou fatores externos. Entre os fatores externos destaca-se a “*Retinopatia da Prematuridade*”, ocasionada por uma dosagem inadequada de oxigenação no recém-nascido dentro da incubadora (berço tipo “*Isolete*”).¹⁵

Mais frequente por causa de acidentes, doenças ou o próprio avanço da idade “cegueira adquirida ou *cegueira tardia* é caracterizada pela perda quase total ou integral do sentido da visão em indivíduos que já possuíram a visão e cujas imagens visuais ainda estão, de certa forma, presentes”.¹⁶

Tanto a *cegueira precoce*, que geralmente ocorre antes dos cinco anos de idade, como a *cegueira adquirida*, podem interferir na forma de processamento e compreensão das informações trazidas pelos museus, pois muitas informações são perdidas ou deixadas de lado pela falta da visão. No caso das pessoas com *cegueira congênita*, a memória visual é pequena ou inexistente, pois muitas destas crianças perderam a visão antes do processo de alfabetização ou, muitas vezes, já nasceram cegas.

Já a deficiência mental influencia principalmente no convívio social e na aprendizagem, diminuindo também as formas de compreensão das informações. De acordo com a Associação Americana de Deficiência Mental (AMDM), ela “refere-se ao funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, que coexiste

¹⁵ TOJAL, 1999, p.14.

¹⁶ TOJAL, 1999, p.15.

com falhas no comportamento adaptador e se manifesta durante o período de desenvolvimento”.¹⁷

Todas as deficiências citadas possuem características que influenciam e acabam criando barreiras no convívio com a sociedade, barreiras frequentemente criadas pela falta de acessibilidade física, comunicacional e também falta de preparação dos profissionais e pessoas que os cercam.

Ao abordar, mesmo de forma concisa, as diferentes deficiências, convém compreender um pouco mais sobre cada uma delas, para assim pensar em formas de sanar as diferenças e tornar os ambientes mais acessíveis.

1.3 Os sentidos

Falar sobre deficiência requer uma atenção também para os sentidos, pois pessoas com deficiência, em geral, podem possuir algum dos cinco sentidos afetados. Todavia esta falta proporciona a criação de formas e sentidos que, muitas vezes, uma pessoa sem deficiência não desenvolve sensações que vão além da visão, do tato, da audição, do olfato e do paladar.

Pensando nesse assunto, quem nunca ouviu a conhecida frase: “Uma imagem vale mais que mil palavras”? Desde a Idade Antiga, desde o surgimento da escrita, vivemos em um mundo extremamente visual, no qual ter visão é possuir um conhecimento maior e mais aprofundado do mundo.

Segundo Aristóteles (*apud* Thomas Aquinas, 1995), o sentido da visão é superior aos demais sentidos, pois possibilita melhor compreensão e conhecimento perfeito do mundo. Esta visão está em concordância com o pensamento de Santo Agostinho e Tomás de Aquino, que consideram a visão como um dos sentidos superiores.¹⁸

Ao longo dos anos, porém, observa-se um apelo maior ao que não é visual, ao toque, ao gosto, ao cheiro, sensações que, sem a utilização da visão, despertam no indivíduo emoções e percepções diferentes.

Conforme Montagu, uma criança, já no período de gestação, desenvolve a dimensão tátil, seu primeiro sentido; posteriormente, passa a desenvolver a dimensão auditiva; depois; a dimensão visual, e, por fim, os outros sentidos.

¹⁷ KIRK e GALLAGHER, 1991, p. 121.

¹⁸ KIRCHOF. [s.d.], p. 101.

Portanto, o tato, neste momento, ganha grande importância uma vez que a criança conhece o mundo, através de suas mãos.¹⁹

Elisabete Leone [s.d.] sustenta que o tato é o único sentido que nos permite sentir e ser sentido. Já Ashley Montagu, na obra *Tocar* afirma que: o significado humano da pele, avança na questão do toque, situando-o como um estímulo social, como um vínculo emocional, e relacionando-o à necessidade de contato, à estimulação e à privação social, um momento de se sentir e sentir o outro.

A audição, além de permitir o contato com sons, auxilia também no equilíbrio; o paladar traz os gostos, a percepção do sabor; e o olfato permite sentir cheiros e odores. Todos estes sentidos são importantes para a percepção do espaço, das situações e cada um deles desempenha um papel importante na vida do ser humano, independente de ser uma pessoa com deficiência ou não. Ballaestero, afirma que estes sentidos têm uma função especial:

O tato, a audição, a visão, o paladar e o olfato podem atuar como canais de entrada de informações muito valiosas (...). Esses dados informativos, apesar de estarem entrando por canais diferentes, têm um destino comum: o cérebro; é aí onde essas informações se inter-relacionam adquirindo um significado que é o que aprendemos. Para que esse aprendizado seja adequado e completo é importante que não se negligencie nenhum sentido ou canal de entrada, caso contrário estaremos limitando, reduzindo, empobrecendo a informação com a qual nosso cérebro elaborará a ideia final apreendida.²⁰

Percebe-se assim a importância dos sentidos para a compreensão pelo ser humano de tudo que o cerca. Independente de qual o sentido que se utiliza para a compreensão do conteúdo, todas as informações se concentram no cérebro e é a partir deste momento que as mesmas são assimiladas.

Outros sentidos, colocados como sentidos especiais das pessoas com deficiência são abordados por Amanda Tojal (1999) e considerados sentidos específicos: a ecolocalização, memórias espacial, temporal e cinestésica.²¹

A ecolocalização, vinculada à audição,

Transmite uma sensação acústica capaz de permitir a percepção de deslocamentos de ar, ecos ou ondas sonoras, cujo referencial adquirido em

¹⁹ MONTAGU, 1988, p.299.

²⁰ BALLAESTERO, 2003, p.12.

²¹ Cinestesia: sentido da percepção de movimento, peso, resistência e posição do corpo, provocado por estímulos do próprio organismo. Verbetes em: *Dicionário Houaiss*, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=cinest%25C3%25A9sia>>. Acesso em 02 de julho de 2014 às 19:00.

experiências anteriores possibilita uma localização física e espacial destas pessoas no ambiente em que se encontram.²²

A memória espacial e temporal, diretamente vinculada às pessoas com deficiência visual, é a capacidade de se deslocar, identificando a sua localização e tempo, a partir dos outros sentidos que não a visão, como o tato, a audição, olfato e a ecolocalização. Memória cinestésica é conhecimento do ambiente através do movimento e posição do corpo, por atividades realizadas de forma repetitiva ou sistemática no meio ambiente.²³

Constata-se, assim, que, além dos estímulos captados pelos cinco sentidos, as pessoas com deficiência, devido à necessidade de interação com o ambiente, desenvolvem outras formas de percepção que as auxiliam a compreender o espaço. Estes sentidos, de forma conjunta, nos auxiliam a compreender a experiência multissensorial, que é a utilização de um conjunto de sentidos para o aproveitamento do conhecimento, neste caso, dentro dos museus.

1.4 Estatísticas

De acordo com as informações disponíveis no site da Organização das Nações Unidas no Brasil (ONU-BR), cerca de 10% da população mundial, aproximadamente 650 milhões de pessoas, são pessoas com deficiência, 80% das quais vivem em países em desenvolvimento, como por exemplo, o Brasil, a Índia, a África do Sul, entre outros. Interessante pontuar também que, entre as pessoas mais pobres do mundo, 20% têm algum tipo de deficiência.²⁴

No Brasil, de acordo com o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23,9% da população brasileira, cerca de 45.606.048 pessoas afirmam possuir algum tipo de deficiência. Destes 45 milhões de pessoas, 25.800.681 são mulheres e 19.805.367 são homens e a grande maioria (38.473.702 pessoas) vive nos grandes centros urbanos.

Como podemos ver no Gráfico 1, a seguir, a grande maioria das pessoas com algum tipo de deficiência possui 65 ou mais anos.

²² TOJAL, 1999, p.19.

²³ TOJAL, 1999, p.20.

²⁴ Site da Organização das Nações Unidas – Brasil. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>> Acesso em 05 de julho de 2014.



Gráfico 1: Percentual de pessoas com pelo menos umas das deficiências investigadas na população residente, por grupos de idade.

Fonte: *Cartilha do Censo 2010*

Das pessoas com deficiência, o IBGE as separou por Regiões do Brasil, como podemos ver no Gráfico 2 e na Tabela 1. Pode-se ver a proporção das pessoas com deficiência nas grandes Regiões do Brasil e por Estados, percebendo que, por região, a Região Nordeste possui mais deficientes (26,3%). Quando equiparamos os Estados, em proporção, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, possuem porcentagem maior que a taxa média nacional, respectivamente 27,76% e 27,58% e as taxas mais baixas pertencem ao Distrito Federal (22,3%) e ao Estado de São Paulo (22,6%).



Gráfico 2: Proporção da população com pelo menos uma das deficiências investigadas por grandes Regiões do Brasil

Fonte: *Cartilha do Censo 2010*

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS ESTADOS BRASILEIROS
COM PELO MENOS UMA DAS DEFICIÊNCIAS INVESTIGADAS –
CENSO 2010 – POPULAÇÃO RESIDENTE E PROPORÇÃO**

Brasil	45 623 910	23,92%
Rondônia	345 411	22,11%
Acre	165 823	22,61%
Amazonas	791 162	22,71%
Roraima	95 774	21,26%
Pará	1 791 299	23,63%
Amapá	158 749	23,71%
Tocantins	307 350	22,22%
Maranhão	1 641 404	24,97%
Piauí	860 430	27,59%
Ceará	2 340 150	27,69%
Rio Grande do Norte	882 681	27,86%
Paraíba	1 045 631	27,76%
Pernambuco	2 426 106	27,58%
Alagoas	859 515	27,54%
Sergipe	518 901	25,09%
Bahia	3 558 895	25,39%
Minas Gerais	4 432 456	22,62%
Espírito Santo	824 095	23,45%
Rio de Janeiro	3 900 870	24,40%
São Paulo	9 349 553	22,66%
Paraná	2 283 022	21,86%
Santa Catarina	1 331 445	21,31%
Rio Grande do Sul	2 549 691	23,84%
Mato Grosso do Sul	526 672	21,51%
Mato Grosso	669 010	22,04%
Goiás	1 393 540	23,21%
Distrito Federal	574 275	22,34%

Tabela 1: Pessoa com deficiência nos Estados Brasileiros com pelo menos uma das deficiências investigadas – População Residente e Proporção
Fonte: *Cartilha do Censo 2010*

O Censo também divide esta porcentagem quanto aos tipos de deficiência, demonstrado através do Gráfico 3, abaixo:

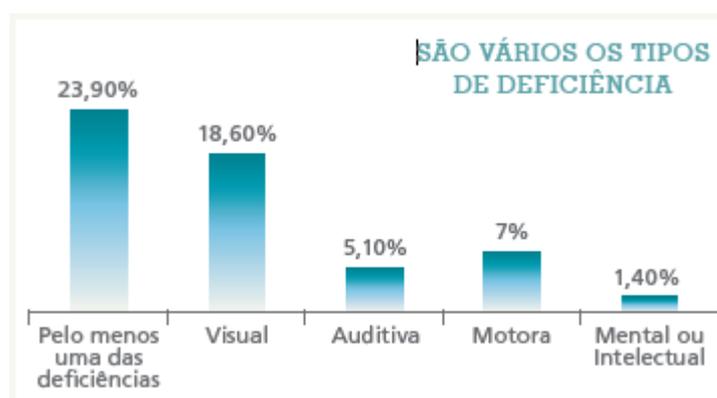


Gráfico 3: Percentual por tipo de deficiência
Fonte: *Cartilha do Censo 2010*

Percebe-se que, dos 23,9%, a grande maioria possui algum tipo de deficiência visual, com a porcentagem de 18,6%, contudo não necessariamente são cegos. Ao nos debruçarmos sobre os números referentes aos deficientes visuais,

percebemos que a deficiência visual severa englobam somente 3,46% desta porcentagem.

Observando estas estatísticas e analisando o tamanho populacional e demográfico do Brasil, percebemos que 23,9% é um número expressivo quando consideramos as deficiências. Comparando o Censo de 2010 com o Censo do IBGE de 2000, nota-se que o percentual de deficiência aumentou cerca de 10%. No ano de 2000 era 14,5%, e, no ano de 2010, de 23,9%. Não discutiremos aqui este aumento percentual ou seus motivos, restringindo-nos apenas a destacar que quase $\frac{1}{4}$ da população brasileira possui algum tipo de deficiência, o que só reforça a já citada relevância do assunto em questão.

Analisando estas questões, cabe a pergunta: o que o governo tem feito para atender a toda esta população? Como as instituições têm atendido as pessoas com deficiência de forma acessível e ampla, sem criar nenhuma outra forma de barreira? Devemos pensar que o movimento pela luta da acessibilidade plena vem ganhando força a cada dia e este aumento percentual representa uma maior visibilidade da pessoa com deficiência. Mais pessoas têm se declarado como deficientes e a tendência é ampliar as propostas e buscas por melhorias. Resta-nos analisar como elas estão sendo feitas.

1.5 Legislações

Às “pessoas portadoras de deficiência” (sic!), assiste o direito, inerente a todo e qualquer ser humano, de ser respeitado, seja quais forem seus antecedentes, natureza e severidade de sua deficiência. Eles têm os mesmos direitos que os outros indivíduos da mesma idade, fato que implica desfrutar de uma vida decente, tão normal quanto possível.²⁵

Durante muitos anos, se falou sobre os direitos das pessoas com deficiências, sobre as possíveis formas de acessibilidade, sobre a Responsabilidade Social dos Governos e Instituições, mas o que realmente se tem feito a respeito? A seguir, indicamos algumas das leis e documentos que, ao longo dos anos, vem buscando a igualdade entre todas as pessoas.

²⁵ ONU. Declaração dos Direitos da Pessoa das Pessoas “Portadoras de Deficiência” (sic’), 1975. Artigo 3º. Disponível em: <<http://www.ppd.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=306>>

Internacionalmente, podemos citar a *Declaração dos Direitos Humanos* (1975), a *Declaração de Cuenca* (1981), a *Declaração de Cave Hill* (1983), a *Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as 'Pessoas Portadoras de Deficiência'* (sic!) (Convenção de Guatemala – 1999), a *Declaração de Madri* (2002), entre outros documentos elaborados pela ONU para a integração das pessoas com deficiência dentro da sociedade.

Já no Brasil, o primeiro documento que aborda a igualdade entre todas as pessoas é a *Constituição Federal de 1988*, mas, já a partir de 1983, com a elaboração das *Normas Técnicas da ABNT*, o tema Acessibilidade e Deficiência ganhou maior visibilidade. Assim, a partir deste momento, tivemos a elaboração de diversas leis e decretos, no âmbito Federal, Estadual e Municipal. Apontamos aqui somente as leis e decretos federais, a saber:

- Lei nº 7.853/1989 que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, e institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
- Decreto nº 3298 de 20/12/1999 (regulamenta a Lei nº 7.853/89), que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e estabelece as competências do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE).
- Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e oferece outras providências.
- Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e estabelece outras providências.
- Lei Federal nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

- Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nos. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e define outras providências.
- Lei Federal nº 11.126/2005 – Lei do Cão-guia – em regulamentação.
- Lei Federal nº 11.133, que institui o Dia Nacional de Luta das Pessoas Portadoras de Deficiência (21 de setembro).

De acordo com Maria de Lourdes A. Rodrigues, “Em 2004, o Brasil foi eleito pela organização não governamental internacional IDRM – International Disability Rights Monitor – como um dos cinco países mais inclusivos das Américas. Um dos seis requisitos para a classificação era a existência de arcabouço legal que garantisse a adequada proteção das pessoas com deficiência”.²⁶

Como podemos perceber, o Brasil tem se colocado à frente da luta pela igualdade entre as pessoas e a busca pelos direitos das pessoas com deficiência. Porém esta luta é relativamente nova, cerca de 30 anos. Muitas destas leis, apesar de existirem, não são cumpridas de forma rigorosa. Contudo, há um desejo de melhoria.

No Brasil, embora a lei 7.853/89 promova a inclusão na educação, na formação profissional e no trabalho, bem como na contratação de pessoas com deficiência em empresas e constituía crime se algum dos artigos previstos por leis não forem cumpridos, nada há na Legislação Brasileira que discorra a respeito dos direitos sobre a cultura. Apenas se estabelece que todos têm direito ao lazer e o bem-estar.

Vinculado à cultura, o único documento que existe é a Instrução Normativa nº1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que dispõe a respeito da acessibilidade em bens culturais imóveis acautelados em Nível Federal,

²⁶ RODRIGUES, Maria de Lourdes A. *Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos*. Paraná, 2006. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/a_pdf/modulo3-tema5-aula1.pdf>. Acesso em 06 de julho de 2014.

em decorrência das normas técnicas exigidas pela NBR 9050, que aborda a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Como analisamos ao longo deste capítulo, as definições existem, as legislações estão presentes e devemos como futuros profissionais de museus, trabalhar para que a acessibilidade exista de fato, para que possamos atender a todas as pessoas, independentemente de serem pessoas com deficiência ou não.

No capítulo seguinte, iremos abordar mais sobre acessibilidade, sobre o que é a acessibilidade nos museus, suas barreiras, as formas para melhor atender as pessoas com deficiência, em especial, sobre a experiência multissensorial, sobre como os museus e os diversos autores tem trabalhado o tema. Os conceitos vistos neste capítulo irão nos auxiliar a pensar que acessibilidade não é só promoção do acesso físico, mas pode ser promovida de várias formas.

CAPITULO II

2 “O DIREITO DE IR E VIR”, ACESSIBILIDADE PLENA

O direito de ir e vir, objeto deste capítulo, é expresso na Constituição Brasileira de 1988: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”.²⁷ O mesmo artigo destaca também que todos são iguais perante a lei.

Desta forma, todo ser humano tem o direito de se locomover conforme o seu desejo, ir e voltar no momento em que bem quiser. Contudo, quando falamos sobre pessoas com deficiência, nem sempre este direito ocorre de forma plena. Mas o que é acessibilidade, o que é proporcionar um espaço em que a pessoa possa se locomover plenamente sem a necessidade de auxílio?

2.1 Acessibilidade: definição

A Lei 10.098/00 estabelece a seguinte definição:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.²⁸

Portanto, acessibilidade é condição para que uma pessoa com deficiência possa se locomover de forma autônoma, ter acesso aos meios de comunicação, informação e, no que nos concerne, poder usufruir de equipamentos de lazer e entretenimento.

A acessibilidade deveria poder ser vivenciada por qualquer pessoa, e neste sentido é importante compreender que trata-se de uma acessibilidade total e não somente acessibilidade física, como rampas de acesso e vagas de estacionamento, mas todas as estratégias que possam auxiliar na vivência das pessoas.

As leis citadas anteriormente, definem que promover a acessibilidade é dever de todos e, de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada pela ONU em 2007, promulgada pelo Brasil através do

²⁷ BRASIL. Constituição Federal. 1988. Artigo 5º, XI.

²⁸ BRASIL. Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Artigo 2º.

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, o Estado deve tomar medidas para propiciar o acesso:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver com autonomia e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes **[Estados pertencentes a ONU]** deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ou propiciados ao público, tanto na zona urbana como na rural. Estas medidas, que deverão incluir a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, deverão ser aplicadas, entre outros, a:

- a. Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, moradia, instalações médicas e local de trabalho; e
- b. Informações, comunicações e outros serviços, inclusive serviços eletrônicos e serviços de emergência.²⁹

Como se pode notar, acessibilidade é uma forma de exercer o direito de cidadania, é uma ação de inclusão social que tem o intuito de promover a equidade dos direitos a todas as pessoas em todos os lugares, independentemente se é pessoa com deficiência ou não, ou mesmo com mobilidade reduzida.

2.2 Barreiras

A inclusão (na escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde, etc.) significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida.³⁰

Para promover de forma ativa a acessibilidade e a inclusão de todos na sociedade, é preciso sanar as dificuldades que as pessoas com deficiência encontram no meio do caminho para obter esta autonomia sobre todos os espaços.

²⁹ ONU. *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Nova York, 2007. Artigo 9 – Grifos em negrito nossos.

³⁰ SASSAKI, 1997, p.166

Estas dificuldades e limites são colocados como barreiras, limitações que prejudicam o desenvolvimento e adaptação de uma pessoa com deficiência.

II – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

- a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa.³¹

Assim, de acordo com a Lei 10.098, de 19 de janeiro de 2000, verificam-se duas formas de barreira: a barreira arquitetônica, referente ao espaço físico, interno e externo, de todos os locais; e a barreira comunicacional, que também pode ser denominada de barreira sensorial, que está vinculada ao acesso à informação, à comunicação escrita, oral, visual, audiovisual, entre outras:

"Comunicação" abrange as línguas, a visualização de textos, o braile, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação.³²

Porém podemos acrescentar aos obstáculos já citados, as barreiras atitudinais e intelectuais. As barreiras intelectuais estão vinculadas à forma de percepção e compreensão das informações e dos objetos expostos, como descritas pelo Manual de Museus do *Instituto Português de Museus*. É importante mencionar, todavia, que esta modalidade de barreira pode ser vista como uma variável da barreira comunicacional. Diversas vezes em determinados museus, devido ao caráter científico da exposição, os textos explicativos inibem a compreensão de

³¹ BRASIL. Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Artigo 2º

³² ONU. *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Nova York, 2007. Artigo 2º.

peças com dificuldades de aprendizado ou que não conhecem plenamente o assunto tratado, criando assim obstáculos intelectuais.³³

Já as barreiras atitudinais³⁴ estão relacionadas à forma como a sociedade lida e aborda as pessoas com deficiência, ou seja, estão vinculadas às atitudes. A superação de tais barreiras é uma forma de inclusão social; é o momento de conviver com a diversidade e tratar as pessoas com respeito. Deve-se compreender que as diferenças existem e é necessário atender às pessoas com deficiência da melhor maneira possível, como elas querem ser tratadas e não como acreditamos que seja o jeito correto de fazê-lo. É o que ocorre, por exemplo, quando um deficiente visual chega a um museu e o mediador o toma imperativamente pelo braço para conhecer a exposição ou quando vem acompanhado e o mediador dirige a palavra somente ao acompanhante. Sem dúvida, tal procedimento cria um obstáculo atitudinal.

Há também, além das analisadas, outras barreiras, emocionais, sociais, econômicas e culturais, porém esta pesquisa não abordará estas formas de obstáculo.

2.3 Desenho Universal

O conceito de Desenho Universal, abordado pela autora Viviane P. Sarraf, surge depois da Revolução Industrial, quando se questionava a quantidade de edificações realizadas no período tendo como base o “padrão” de um ser humano alto e viril, sem levar em consideração o que realmente os usuários necessitavam. Mas foi em 1960 que diversos países começaram a debater este assunto com mais intensidade. Segundo a autora,

Das discussões a respeito do padrão de ser humano utilizado pela arquitetura, foi criada a comissão *Barrier Free Design*, com o objetivo de estudar os projetos de construção e design adequados às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Na década de 1970, o movimento incorporou toda a diversidade humana em seu escopo, as gestantes, os idosos, as pessoas com limitações temporárias, os obesos e os anões e apresentou a denominação *Universal Design*. Essa tendência chegou ao Brasil na década de 1980 com as ações do Ano Internacional de Atenção às

³³ *Museus e Acessibilidade*. Coleção Temas de Museologia. Lisboa: Instituto Português de Museus (IPM), 2004.

³⁴ TOJAL, 2010.

Pessoas com Deficiência (1981) e influenciou diretamente a criação da Norma Brasileira de Acessibilidade NBR-050 no ano de 1985.³⁵

Esse conceito tem como preceito a diversidade humana e pode ser compreendido como: “Aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população”.³⁶

“Desenho universal” significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O “desenho universal” não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias.³⁷

Portanto, foi para contemplar o maior número de pessoas com deficiência, principalmente em projetos arquitetônicos, que surgiu o conceito de Desenho Universal. Um avanço significativo ocorreu na década de 1990, nos Estados Unidos, quando um grupo de arquitetos estabeleceu sete princípios que norteiam este pensamento:

1. Uso equitativo

- Propor espaços, objetos e produtos que possam ser utilizados por usuários com capacidades diferentes;
- Evitar segregação ou estigmatização de qualquer usuário;
- Oferecer privacidade, segurança e proteção para todos os usuários;

2. Uso flexível

- Criar ambientes ou sistemas construtivos que permitam atender às necessidades de usuários com diferentes habilidades e preferências diversificadas, admitindo adequações e transformações;
- Possibilitar adaptabilidade às necessidades do usuário, de forma que as dimensões dos ambientes nas construções possam ser alteradas

3. Uso simples e intuitivo

- Permitir fácil compreensão e apreensão do espaço, independente da experiência do usuário, de seu grau de conhecimento, habilidade de linguagem ou nível de concentração;
- Eliminar complexidades desnecessárias e ser coerente com as expectativas e intuição do usuário;
- Disponibilizar as informações segundo a ordem de importância.

4. Informação de fácil percepção

- Utilizar diferentes meios de comunicação, como símbolos, informações sonoras, táteis, entre outras, para compreensão de usuários com dificuldade de audição, visão, cognição ou estrangeiros;

³⁵ SARRAF, 2008, p.68.

³⁶ ABNT. NBR 9050, 2004, p. 4.

³⁷ ONU - *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Nova York, 2007.

- Disponibilizar formas e objetos de comunicação com contraste adequado;
- Maximizar com clareza as informações essenciais;
- Tornar fácil o uso do espaço ou equipamento.³⁸

Como já podemos perceber ao analisar os quatro primeiros princípios, são formas e soluções que podem ser utilizadas em qualquer ambiente, independentemente de ser um espaço público ou privado e proporcionar soluções simples e práticas que possam auxiliar a todas as pessoas. É analisar que tudo o que está sendo elaborado e executado será utilizado por todos e não há como controlar esta utilização, assim pensa-se uma forma de trabalhar a igualdade; por ser usado por todos, deve ser algo simples e flexível, para que não haja falha na comunicação e tornar esta comunicação de fácil acesso e que todos possam compreender o que está sendo abordado. Assim vejamos últimos princípios:

5. Tolerância ao erro (segurança)

- Considerar a segurança na concepção de ambientes e a escolha dos materiais de acabamento e demais produtos - como corrimãos, equipamentos eletromecânicos, entre outros - a serem utilizados nas obras, visando minimizar os riscos de acidentes.

6. Esforço físico mínimo

- Dimensionar elementos e equipamentos para que sejam utilizados de maneira eficiente, segura, confortável e com o mínimo de fadiga;
- Minimizar ações repetitivas e esforços físicos que não podem ser evitados.

7. Dimensionamento de espaços para acesso e uso abrangente

- Permitir acesso e uso confortáveis para os usuários, tanto sentados quanto em pé;
- Possibilitar o alcance visual dos ambientes e produtos a todos os usuários, sentados ou em pé;
- Acomodar variações ergonômicas, oferecendo condições de manuseio e contato para usuários com as mais variadas dificuldades de manipulação, toque e pegada;
- Possibilitar a utilização dos espaços por usuários com órteses, como cadeira de rodas, muletas, entre outras, de acordo com suas necessidades para atividades cotidianas.³⁹

Como podemos perceber, se analisarmos os princípios instituídos pelo Desenho Universal, o mesmo vem em concordância com as normas colocadas pela ABNT para Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e é uma maneira de tornar o ambiente mais favorável e prático a todos.

³⁸ *Desenho Universal – Habitação de interesse social*, 2010. p.15-21.

³⁹ *Desenho Universal – Habitação de interesse social*, 2010. p.15-21.

2.4 Símbolos

Quando se aborda o tema da acessibilidade, com frequência, se veem símbolos para demarcar áreas reservadas a pessoas com deficiência, áreas que possuem alguma forma de acessibilidade. Porém é interessante perceber que, apesar das pessoas com deficiência com um todo terem um símbolo único, internacionalmente conhecido e utilizado, independente da língua falada, as deficiências visual e auditiva também podem ser representadas por simbologia específica.

O símbolo internacional de acesso, criado e aprovado no 11º Congresso Mundial sobre Reabilitação de Pessoas deficientes em setembro de 1969 e adotado pelo Brasil desde 1985, é utilizado para identificar espaços, serviços e edificações preparados para atender as pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiência, independentemente do tipo.⁴⁰ De acordo com a Lei n 7.405/ 85, seu uso é impositivo e, ademais:

É obrigatória a colocação, de forma visível, do “Símbolo Internacional de Acesso”, em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso.⁴¹

Contudo, por se tratar de imagem com uma cadeira de rodas, o símbolo é geralmente vinculado ao deficiente físico, em função disso, vale ressaltar, mais uma vez, que este é um símbolo universal. A Figura 1 indica as formas em que ele pode ser encontrado:



Figura 1: Símbolo Internacional da Pessoa com deficiência
Fonte: ABNT – NBR 9050/2004

⁴⁰ SASSAKI, 2009, p.11

⁴¹ BRASIL. Lei n 7.405, de 12 de novembro de 1985. Artigo 1º.

Como já indicado, as deficiências visual e auditiva também possuem simbologia própria, também com caráter internacional. É utilizada de forma facultativa somente em locais e equipamentos específicos, que possam atender a este determinado público, como por exemplo, espaços onde há travessia de pessoas com deficiência visual ou auditiva, ou um equipamento turístico em que haja pessoas que falem a língua de sinais, entre outros.

Os símbolos vinculados a deficientes visuais (Figura 2) e deficientes auditivos (Figura 3) são os seguintes:



Figura 2: Símbolo Internacional do Deficiente Visual
Fonte: ABNT – NBR 9050/2004



Figura 3: Símbolo Internacional do Deficiente Auditivo
Fonte: ABNT – NBR 9050/2004

2.5 Acessibilidade em Museus

De acordo com o que vimos anteriormente e aproveitando a figura 4 abaixo, utilizada no *Cadernos Museológicos – Acessibilidade em Museus*, publicado pelo IBRAM para ilustrar as formas de acessibilidade, podemos perceber que acessibilidade é direito e dever de todos e deve ser idealizada e implantada em todos os lugares. Portanto, em museus e instituições culturais, não pode ser diferente. Os museus são espaços de cultura, locais que transmitem, por meio das

exposições e atividades educativas, laços com a identidade nacional, com o sentimento de pertencimento como sujeito da história, uma ligação entre o passado, o presente e o futuro, além de espaços de caráter educativo, que tem a incumbência de propagar o conhecimento científico a todas as pessoas.

Assim é de extrema importância que esta instituição possa ter espaço, acervo e profissionais preparados para atender a todas as pessoas. Entretanto, é importante não pensar somente na acessibilidade física, e sim em oportunidade e proposta de pleno acesso e a chance de todas as pessoas usufruírem da cultura e de sua história



Figura 4: Adaptação de Aldrey Baldo para Duarte & Cohen. Núcleo Pró-Acesso/UFRJ.
Fonte: Acessibilidade e Museus – IBRAM

Acessibilidade é aqui entendida num sentido lato. Começa nos aspectos físicos e arquitetônicos – acessibilidade do espaço – mas vai muito para além deles, uma vez que toca outros componentes determinantes, que concernem aspectos intelectuais e emocionais, acessibilidade da informação e do acervo. As boas práticas que aqui recomendamos assentam em grande parte na experiência que nos levou a constatar que uma boa acessibilidade do espaço não é suficiente. É indispensável criar condições para compreender e usufruir os objetos expostos num ambiente confortável.⁴²

Quando falamos de instituições museais, abordamos a acessibilidade como um todo, principalmente a acessibilidade ao acervo e à informação que desejamos transmitir.

⁴² Instituto Português de Museus, 2004, p. 17.

A efetivação de uma comunicação museológica satisfatória entre o objeto e o público deficiente visual deverá vir precedida de uma série de adaptações, a começar pela *seleção dos objetos*, cuja integridade física não seja prejudicada pelo toque e cujas dimensões não ultrapassem a medida de seus braços.⁴³

Interessante ressaltar que a acessibilidade aqui desejada não é só dispor de espaço reservado para a pessoa com deficiência, ou uma visita agendada que possa atendê-lo. A acessibilidade à pessoa com deficiência que desejamos é permitir que esta pessoa visite um museu espontaneamente sem a necessidade de auxílio de ninguém e que a mesma possa apreciar e compreender toda a exposição. É a elaboração de plano educativo e expográfico que possa compreender todas as formas de comunicação, e que seja adequado a todos os tipos de dificuldades e deficiências, pois,

O público especial apresenta uma série de deficiências muito diferentes entre si que, para serem atendidas adequadamente, devem ser conhecidas em suas especificidades. É necessário, para que a comunicação com esse público seja efetiva, ter melhor compreensão das necessidades, modos de aprendizado e centros de interesse dos visitantes especiais; e usar essa compreensão para determinar se os programas educativos e de ação cultural são eficazes e apropriados ou se devem ser modificados. Não se pode esquecer, também, que as deficiências físicas alcançam o público de terceira idade, que se constitui, hoje, em uma parte em crescimento do público de cultura.⁴⁴

Proporcionar a acessibilidade não é a elaboração de uma estratégia isolada, mas pensar em criar meios, programas e políticas de acessibilidade nos museus, de forma que possam se adequar a todas as necessidades e que a acessibilidade seja proporcionada de modo contínuo, a fim de eliminar todas as barreiras possíveis existentes.

2.5.1 Acessibilidade nos Museus Brasileiros

Como vimos no primeiro capítulo desta pesquisa, a acessibilidade é um tema debatido já há algum tempo e diversas propostas e regulamentações foram elaboradas e promulgadas para a efetivação da acessibilidade plena.

Nos Museus Brasileiros, a situação se repete. O Instituto Brasileiro de Museus e o IPHAN também têm investido em saber se os museus brasileiros são acessíveis, quais formas de acessibilidade dispõem, além de incluírem a acessibilidade dentro

⁴³ TOJAL, 1999, p.17.

⁴⁴ COELHO, 1999, p. 238.

da Política Nacional de Museus, no Plano Nacional Setorial e no Estatuto de Museus.

O *Estatuto dos Museus*, instaurado pela Lei nº11.904/ 09, institui que: “Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente”.⁴⁵ Por sua vez, no *Plano Nacional Setorial de Museus*, elaborado para compreender o período de 2010 a 2020, são propostos nove eixos que trabalham a acessibilidade e a sustentabilidade do meio ambiente, de acordo com sua tipologia de acervo, estabelecendo as seguintes diretrizes:

<i>EIXOS SETORIAIS</i>	<i>DIRETRIZ</i>
<i>Museus de arte</i>	<i>“Garantir a acessibilidade física, social, informacional e estética a todos os tipos de público aos museus de arte, compreendendo este fator como de importância para a sustentabilidade socioambiental.”</i>
<i>Museus de história</i>	<i>“Assegurar medidas eficazes de acessibilidade aos museus e às informações museológicas, incluindo informações conscientizadoras sobre desenvolvimento sustentável e sua relação/ integração com o meio ambiente, para todo e qualquer tipo de público.”</i>
<i>Museus de culturas militares</i>	<i>“Ampliar a acessibilidade e a sustentabilidade ambiental dos museus.”</i>
<i>Museus de ciências e tecnologia</i>	<i>“Estabelecer políticas de incentivo à acessibilidade e à sustentabilidade ambiental em museus.”</i>
<i>Museus etnográficos</i>	<i>“Garantir o desenvolvimento de ações voltadas para a acessibilidade em museus que promovam a interculturalidade.”</i>
<i>Museus arqueológicos</i>	<i>“Fortalecer e incentivar os museus de arqueologia a atuarem de forma dinâmica, intra e extramuros, com acervos, sítios e áreas de forma participativa e sustentável.”</i>
<i>Museus comunitários e ecomuseus</i>	<i>“Assegurar políticas inclusivas com programas de acessibilidade que considerem os limites físicos, simbólicos e cognitivos, além da sustentabilidade ambiental, local e regional.”</i>
<i>Museus da imagem e do som e de novas tecnologias</i>	<i>“Transformar tais museus em unidades exemplares em acessibilidade e sustentabilidade ambiental, tornando-os referência.”</i>
<i>Arquivos e bibliotecas de museus</i>	<i>“Garantir a acessibilidade física e virtual, ampliando a disseminação da informação do patrimônio cultural nacional de forma sustentável, que integrem os acervos arquivísticos e bibliográficos dos museus.”</i>

Quadro 1: Diretrizes de Acessibilidade e Sustentabilidade por Eixo Setorial

Fonte: IBRAM, 2010, p. 44 - 45.

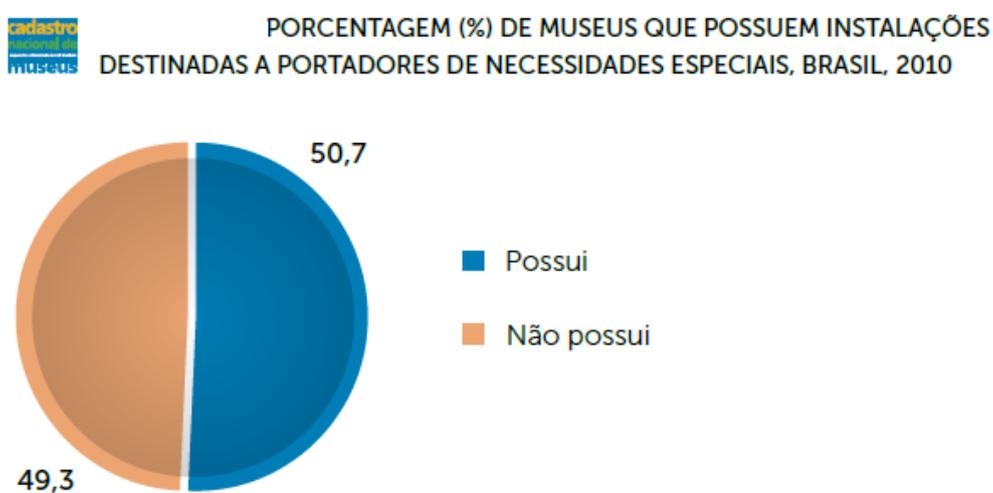
Como podemos analisar, desde 2003, com o lançamento da *Política Nacional de Museus* e, em 2009, com a elaboração do *Plano Nacional Setorial de Museus*

⁴⁵ BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Artigo 35º.

(PNSM), as entidades federais têm pensado em formas de normatizar e implantar a acessibilidade nos museus brasileiros.

Com este intuito o IBRAM, em 2010, em sua publicação *Museus em Números*, faz uma breve análise da infraestrutura existente, na qual podemos ver, por meio dos gráficos 4 e 5, a seguir, que 50,7% dos museus possuem instalações destinadas a pessoas com deficiência. Porém, estas instalações geralmente se resumem a rampas de acesso, formas de acessibilidade que, em sua maioria, atendem somente a pessoas com deficiência física.

Cabe questionar, onde estão as outras formas de acessibilidade e eliminação de barreiras? Devemos assinalar também que, apesar da existência de equipamentos, muitas vezes, estes equipamentos não estão realmente adequados às normas estabelecidas pela ABNT.



FONTE: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS - IBRAM / MINC, 2010

Gráfico 4: Porcentagem de Museus que possuem instalações destinadas a 'portadores de necessidades especiais' (sic!), Brasil, 2010
Fonte: Museu em Números – IBRAM / 2011



FONTE: CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS - IBRAM / MINC, 2010

Gráfico 5: Porcentagem de Museus que por tipos de instalações para 'portadores de necessidades especiais' (sic!), Brasil, 2010

Fonte: Museu em Números – IBRAM / 2011

Podemos perceber através do gráfico 4, que as principais formas de acessibilidade colocadas pelos museus que responderam a pesquisa do *Cadastro Nacional de Museus*, no ano de 2010, estão vinculadas a infraestrutura para o recebimento de pessoas com deficiência, assim estas instituições estão preparadas prioritariamente a atender pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida. De acordo com o gráfico, podemos verificar que as formas de acessibilidade sensorial e comunicacional são as menos praticadas por estes museus e a experiência multissensorial, que será analisada posteriormente, enquadra-se nos 5% destinados a outras instalações.

No entanto, assim como a própria publicação coloca, é fundamental não somente adaptações físicas, mas uma acessibilidade que leve em conta aspectos intelectuais e emocionais. Sabemos que a inclusão é mais do que a acessibilidade física, é proporcionar formas de compreensão das exposições, assim estas ações devem ser compreendidas como um todo,

(...) a inclusão social em instituições culturais deve ser compreendida como um passo além do trabalho de desenvolvimento de públicos, buscando ampliar suas atribuições e implicações sociais ao provocar mudanças qualitativas no cotidiano dos grupos envolvidos.⁴⁶

⁴⁶ AIDAR, 2003, p.6.

Devemos pensar que as ações de acessibilidade realizadas pelos museus brasileiros devem ocorrer sem a necessidade de uma Lei que obrigue a sua efetivação, pois, como instituições com responsabilidade social, que devem perpetuar o patrimônio, devem manter seus acervos acessíveis a todos.

2.6 Formas de Acessibilidade em Museus

Como visto anteriormente, a acessibilidade é algo intrínseco aos museus e instituições culturais e a mesma não se restringe a acessibilidade física, a estrutura arquitetônica interna e externa dos edifícios. Agora veremos algumas formas possíveis de tornar o espaço mais acessível em todos os aspectos.

Em 1997, em assembleia geral, o ICOM decidiu que “todos os museus devem ser acessíveis aos deficientes (sic!) e devem desenvolver programas apropriados para o público especial, como parte da política de “museus abertos para todos”.⁴⁷

O código de ética elaborado pelo ICOM, na seção: “Os museus preservam, interpretam e promovem o patrimônio natural e cultural da humanidade”, aborda diversos assuntos, entre eles os recursos materiais, parte que inclui especificamente o acesso aos museus, pontuando que:

A autoridade de tutela deve assegurar que o museu e seu acervo sejam acessíveis a todos durante horários aceitáveis e períodos regulares. Atenção diferenciada deve ser dada aos portadores de necessidades especiais (sic!).⁴⁸

Podemos compreender então que a acessibilidade a museus já é um assunto trabalhado desde o início do século XXI, sobretudo nos museus europeus, Teixeira Coelho em 1997, quando publica o *Dicionário Crítico de Política Cultural*, no verbete *Público Especial*, pontua que a preocupação com as pessoas com deficiência é algo recente nos países Europeus e quase que inexistente no Brasil e coloca que a importância deste processo de inclusão social e cidadania só pode ser exercido através do acesso ao patrimônio cultural, assim a pessoa será capaz de construir sua identidade.

⁴⁷ COELHO, 1997, p.322.

⁴⁸ ICOM – 2009, p.11.

Verificamos também através de outras bibliografias que muitos países já têm despendido grande atenção sobre a acessibilidade a museus e como torná-la algo prático em suas instituições.

Com o intuito de mostrar como os museus podem tornar os seus espaços mais acessíveis tomaremos como base a Norma Brasileira da ABNT 9050 e os manuais museológicos sobre acessibilidade de três países: *Acessibilidade a Museus – Cadernos Museológicos* do Instituto Brasileiro de Museu, *Temas de Museologia – Museus e Acessibilidade* do Instituto Português de Museus e *Acessibilidade – Museologia: Roteiros Práticos 8* do Conselho de Museus, Arquivos e Bibliotecas do Reino Unido.

A plena satisfação do visitante ao ir ao museu, a oportunidade de se conhecer e aproveitar o acesso vai da possibilidade de poder usufruir de todos os mecanismos e atividades que esta instituição possa oferecer. A pessoa em sua visita deveria ter a possibilidade de escolher entre ler um texto ou escutá-lo, ver um objeto ou mesmo poder tocá-lo, poder, enfim, escolher a melhor forma para a fluidez de sua aprendizagem.

Para abordar as formas de acessibilidade existentes nos museus e como pensá-las de forma mais inclusiva, dividiremos em duas partes, a primeira abordará a acessibilidade física, isto é, o ir e vir dentro e for das instituições, a concepção arquitetônica do espaço; e a segunda parte, abordará a acessibilidade comunicacional, abordará um pouco das exposições, questões como iluminação, textos e a possibilidade de criação de recursos multissensoriais.

2.6.1 Acessibilidade Atitudinal

A primeira questão antes de abordar as formas de acessibilidade é lembrar que todos os profissionais de museus devem estar preparados para atender a todas as pessoas, assim como treinados para manter uma postura mais adequada frente às diferenças. Independentemente da pessoa atendida ser um deficiente físico, ou visual, ou auditivo ou mental, sempre deve se manter a atenção na pessoa, principalmente se a mesma estiver acompanhada, e sem olhares diferenciados.

Acredito ser esta a primeira forma a se pensar quando vamos falar sobre acessibilidade em museu: a quebra da barreira atitudinal, abordada anteriormente. A reação ou o atendimento do profissional de museus pode influenciar em um

acompanhamento a uma pessoa com deficiência, pois por mais que o museu seja adaptado e acessível a todos, se os profissionais não tratarem as pessoas com igualdade, como se fossem sujeitos sem limitações, se o discurso não for claro e direto, a frustração ou o não aproveitamento da visita acontecerá da mesma forma.

2.6.2 Acessibilidade Física

Quando falamos sobre *Acessibilidade Física*, falamos da remoção das barreiras de determinado espaço. A grande maioria dos museus está situada em construções históricas ou edifícios tombados, com valor histórico e cultural para determinada localidade ou para a nação, assim as soluções para modificar ou adaptar estes ambientes são um pouco mais restritas. Contudo, é possível fazer pequenas alterações que auxiliem na locomoção do visitante. Todo o caminho deve estar adaptado com um percurso acessível, o que, segundo a ABNT, seria:

Trajetos contínuos, desobstruídos e sinalizados, que conectam os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possam ser utilizados de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, etc. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores etc.⁴⁹

Como podemos observar as rotas externas possuem faixas de pedestres sinalizadas e demarcadas, estacionamentos acessíveis, de maneira a melhorar o espaço para que a pessoa com deficiência possa se locomover livremente. Com relação aos itens da parte externa, vejamos o que a ABNT cita para alguns deles:

Estacionamento

Vagas reservadas a deficientes, com espaço adicional de cerca de 1,20, para que haja a locomoção com maior tranquilidade e comodidade. Estas vagas devem sempre estar próximas a rampas e a entrada do espaço, devem ser sinalizadas e sua quantidade deve ser sempre de acordo com o estabelecido pelo Código Brasileiro de Trânsito.

⁴⁹ ABNT. NBR 9050, 2004, p.12

Pisos e calçadas

Independentemente de ser dentro ou fora da instituição museológica, deveria ser colocada sinalização através do piso tátil⁵⁰, para poder guiar o caminho do deficiente visual e alertá-lo de mudanças de trajeto ou algum obstáculo. Como podemos ver na figura 5, existem as linhas direcionais, utilizadas para conduzir o caminho e a sinalização de alerta, representada por pequenas circunferências que representam locais onde a pessoa com deficiência deve tomar mais atenção.

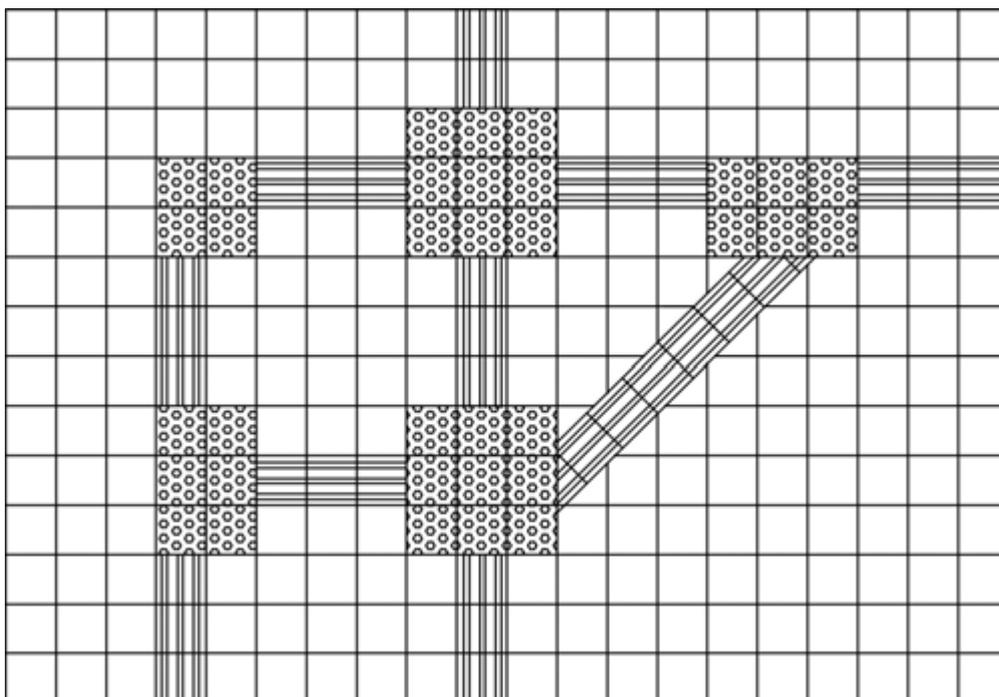


Figura 5: Composição de sinalização tátil de alerta e direcional.
Fonte ABNT 9050

Como também abordado pelo *Cadernos Museológicos – Acessibilidade em Museus*, publicado pelo IBRAM:

Quaisquer obstáculos situados entre 0,60 e 2,10m de altura do piso, que sejam mais volumosos na parte superior, devem possuir uma sinalização com piso tátil de alerta. A superfície sinalizada precisa estar no mínimo a 0,60m da projeção do obstáculo. Além disso, usa-se o piso de alerta para sinalizar a proximidade de algum perigo como meio-fio, desníveis, rampas de cruzamento de calçada etc.⁵¹

⁵⁰ Piso Tátil: “Piso caracterizado pela diferenciação de textura em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha guia, perceptível por pessoas com deficiência visual.” (ABNT 9050)

⁵¹ COHEN, DUARTE e BRASILEIRO, 2012, p. 93.

Então, como podemos visualizar na imagem 1, a seguir, da Biblioteca da Universidade de Brasília, que alerta ao deficiente visual a existência de uma entrada a esquerda, outras estruturas como hidrantes, telefones públicos, declives, deveriam também ser sinalizados através do piso tátil para que não ocorram acidentes.



Imagem 1: Sinalização tátil na Biblioteca da Universidade de Brasília
Fonte: Arquivo próprio

Rampas de acesso e Rampas internas

Todos os locais devem ser acessíveis a todas as pessoas e devem possuir rampas de acesso, tanto na parte interna como na parte externa.

Na área externa, as rampas não devem ter uma inclinação maior do que 8,33%. Já as rampas internas devem ser feitas de acordo com desnível e o comprimento do espaço, porém devem manter uma largura entre 1,20m e 1,50m, possuir corrimãos, piso antiderrapante e cromo-diferenciado⁵², havendo algum desnível ou algo que deva ser sinalizado.

Não colocaremos todas as formas de acesso físico pensadas pela ABNT e pelos manuais anteriormente citados, pois o intuito desta pesquisa é refletir sobre a acessibilidade comunicacional, especificamente sobre a experiência multissensorial, contudo no manual *Temas de Museologia – Museus e Acessibilidade*, mostra-se

⁵² “Piso cromo-diferenciado: Piso caracterizado pela utilização de cor contrastante em relação às áreas adjacentes e destinado a constituir guia de balizamento ou complemento de informação visual ou tátil, perceptível por pessoas com deficiência visual”. (ABNT. NBR 9050, 2004, p. 4.)

uma imagem sobre as diferentes portas de acesso que muitas vezes acabamos encontrando em museus e que não são inclusivas. A Figura 6 apresenta alguns exemplos de portas inclusivas ou não: a porta automática ou entradas livres que possuam mais de 90 cm (A) são consideradas acessíveis; as portas de comuns, desde que com vão superior a 90 cm, são consideradas aceitáveis (B) e; as portas giratórias ou que se fecham através de um sistema de alavancas são consideradas exclusivas (C):

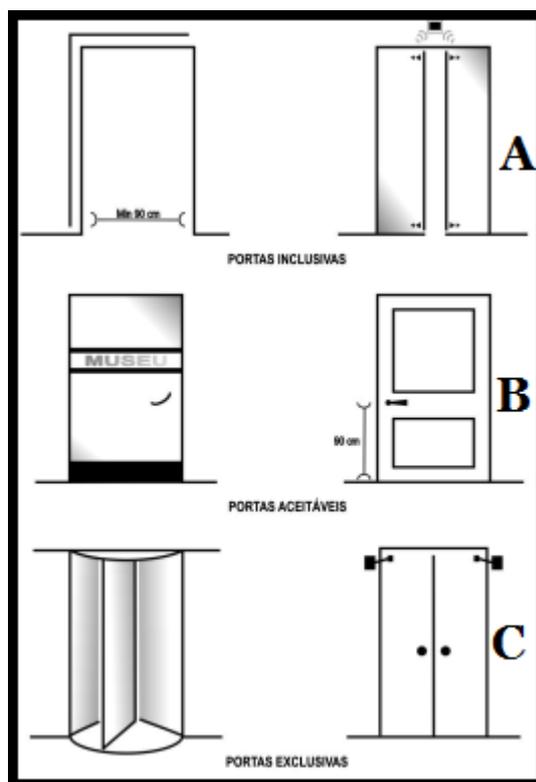


Figura 6: Portas com e sem acessibilidade
Fonte: Instituto Português de Museus

As formas de acessibilidade física são diversas e devemos estar atentos aos projetos idealizados para que possam abranger todas as pessoas.

2.6.3 Acessibilidade Comunicacional

A partir deste ponto, abordaremos especificamente o acesso às exposições, formas de tornar a atividade do museu acessível a todos os públicos.

O acesso à informação de uma exposição é imprescindível para que uma visita possa ser absorvida como um todo. Assim, devemos estar atentos aos

detalhes para que o passeio seja prazeroso para todos, inclusive às pessoas com deficiência.

Quando pensamos em expor um objeto ou planejar uma exposição, um estudo de como serão posicionadas as obras e como serão elaborados os textos, deve ser considerado. Devemos analisar questões de estética, não somente por tornar o conjunto agradável, mas por que, para um deficiente visual, por exemplo, podem ser cruciais para que ele não consiga apreciar com clareza o objeto ou o texto.

Outro fator a ser considerado é a iluminação, que deve prever e minimizar os ofuscamentos, reflexos e sombras; evitando que a luz incida diretamente sobre os objetos, deve-se priorizar a qualidade da iluminação, refletindo que o ambiente não deveria ter falta ou excesso de luz.

Os textos devem ser fluidos, com a utilização de uma linguagem clara; rebuscamento ou linguagens de cunho científico devem ser evitados para que não haja dificuldade de compreensão por parte de todos. Quanto a sua posição, devem estar posicionados em altura adequada, como abordado por COHEN, DUARTE e BRASILEIRO no *Cadernos Museológicos – Acessibilidade em Museus*, em uma distância de 1m, o texto deve estar entre 0,90m e 1,40m de distância do solo.

Tanto em textos explicativos como em folders elaborados pelo museu, as letras devem ser de tamanhos plausíveis, de preferência grandes e com o padrão de cores e fontes sugerido pela ABNT para que não haja contraste ou dificuldade de leitura para pessoas com baixa visão. Os textos elaborados devem, quando possível, estar disponíveis também em braile; assim como os vídeos devem sempre ter legendas ou transcrição para a linguagem de sinais.

Deve-se propiciar um ambiente, com a mínima interferência de ruídos ou de sons, sobretudo quando são ambientes que se utilizam de recursos como vídeo ou áudio, para que não haja a distração ou a falta de comunicação.

Uma sugestão interessante é pensar especialmente na utilização de plataformas acessíveis, recursos que atraiam a atenção do visitante, que o ajude a compreender melhor o sentido e o significado do objeto. Pode se fazer uso de materiais táteis como réplicas, reproduções ou desenhos, maquetes de obras, das edificações e do espaço expositivo, representações em relevo, entre outras formas que permitem ao visitante o toque e, conseqüentemente, o conhecimento através do tato sobre o que está sendo proposto. É a utilização da experiência multissensorial

como forma de aproveitamento da exposição, a utilização de diversos sentidos que possam contribuir para a compreensão de um objeto como um todo, a percepção das impressões do mundo através dos sentidos e das experiências vividas anteriormente.

Amanda Tojal sugere diversas formas multissensoriais que podem ser utilizadas como recursos em museus:

Materiais ou equipamentos *multissensoriais* como caixas ou recipientes contendo amostras de objetos apresentados com formas, texturas, cores, temperaturas, gostos, odores ou sons diversificados, sistemas *audiovisuais* ou *gravações* contendo textos sonorizados com descrições detalhadas do museu, seu espaço expositivo e obras apresentadas na exposição.⁵³

Todas estas formas de experimentação multissensorial são extremamente válidas, mas não podemos nos esquecer da forma mais simples de acesso sensorial que é o toque direto na obra. Sabemos que há uma discussão com o fato de se tocar em objetos, pois podem ser danificados, ou ter seu processo de degradação acelerado ou mesmo serem furtados, porém o museu é uma instituição prioritariamente visual e devemos pensar em formas de acesso que contemplem a utilização dos outros sentidos, formas que proponham a acessibilidade de todas as pessoas.

O ato de colocar os objetos expostos e disponíveis ao toque não deve ser pensado de forma isolada, mas de uma forma que possa atender a todas as pessoas com deficiência. Verificar se o objeto está em uma altura que possa ser sentida por um cadeirante, por exemplo, não adianta ter uma mesa com uma maquete tátil, se a altura é superior a de uma pessoa sentada em uma cadeira de rodas.

Já para os deficientes visuais, é importante ter em mente que, para que haja a compreensão do todo, é necessário um tempo maior despendido, pois o conhecimento vem dos detalhes e tornar esta experiência cansativa, não é a proposta aqui desejada, assim devemos pensar em espaços que possuam uma acomodação, como cadeiras próximas a objetos grandes que possam ser tocados.

Quando pensamos em acessibilidade multissensorial, acreditamos que esta seja uma possibilidade de permitir a aproximação do público com a instituição, com suas propostas, com os objetos e exposições, é propiciar o exercício da memória sensorial a todas as pessoas, independente se pessoas com deficiência ou não.

⁵³ TOJAL, 1999, p. 25.A grafia foi atualizada.

Como abordado por Daniel da C. Gonçalves e Paulo R. F. O. Marques no *Caderno Tramas da Memória*, “Não é suficiente num museu *fazer-saber*, é preciso também *fazer-sentir* em outras bases de experimentação, compreensão e produção de outros sentidos.”⁵⁴

2.7 Experiência Multissensorial e Interação

A experiência multissensorial é uma das formas possíveis de acessibilidade e promove o acesso através de diversos sentidos, não somente a visão. Pretende-se aqui analisar o que é a experiência multissensorial e como ela pode ser diferenciada de atividades interativas ou mesmo parte da mesma.

Empregamos a palavra multissensorial, pois, em uma visita a um museu, uma pessoa já se utiliza de um sentido, a visão, porém a intenção é a utilização de outros sentidos, como a audição, o olfato, ou o paladar, mas, principalmente, a oportunidade de utilizar o toque sobre objetos [o tato].

Refletindo sobre a prática de tocar objetos expostos em museus, observa-se, “de acordo com Classen”, que “os museus nos séculos XVII e XVIII não apelavam exclusivamente à visão como passou a acontecer a partir do século XIX, prática que se manteve um pouco até aos nossos dias”.⁵⁵ Isto se dá, sobretudo, pela evolução do conceito de conservação e preservação do patrimônio, pela necessidade de preservar o acervo para as gerações futuras. Mas até que ponto esta preservação é benéfica para todas as pessoas? Como destruir as barreiras sensoriais, especialmente as vinculadas às pessoas com deficiência visual?

Uma abordagem multissensorial do museu evita a exclusão. Usando informação escrita e oral com diversos níveis de complexidade e empregando meios de comunicação visuais, orais, tácteis e interativos, o museu cumprirá melhor a sua missão, comunicando mais eficazmente com mais pessoas.⁵⁶

A percepção ou experiência multissensorial implica a utilização de todos os sentidos, como podemos analisar:

A **percepção multissensorial** é também parte inerente de uma postura semiótica aplicada à comunicação museológica que privilegia a compreensão da recepção, a partir dos estímulos provenientes dos objetos

⁵⁴ *Caderno Tramas da Memória*, 2013, p. 9.

⁵⁵ CLASSEN *apud* NEVES, 2009, p. 184.

⁵⁶ TOJAL, 2007, p. 22.

e dos sentidos, a eles atribuídos pelo público fruidor, sendo que, nesse caso mais específico, a ênfase da recepção está vinculada à fruição do objeto cultural a partir de todos os *canais sensoriais* além do visual, como o tátil, o auditivo, o olfativo, o paladar e o cinestésico.⁵⁷

No texto *Experiência Sensorial, a Especialidade da Casa: A Gestão da Experiência em Restaurante Temático*, apesar de ser um texto voltado à gastronomia, podemos perceber também a necessidade dos sentidos como um todo, para potencializar e executar a experiência sensorial e especialmente a necessidade de um conhecimento prévio para auxiliar este processo:

A sensorialidade diz respeito a apelos dirigidos aos cinco sentidos fisiológicos. As sensações têm a potencialidade de desencadear uma rede de significações, que associadas aos conhecimentos prévios do indivíduo – como a memória de imagens, opiniões e sentimentos formados ao longo da vida – remetem a emoções e podem criar um importante vínculo entre o consumidor e a marca.⁵⁸

É a sensação do toque no objeto, de poder sentir as texturas, deformidades; é poder sentir o cheiro da planta ou mesmo da tinta utilizada pelo artista, experimentar o gosto e poder ouvir o som que cada objeto transmite. Como? Pela análise de cada parte do objeto visando à compreensão do todo com base no conhecimento prévio, das memórias e situações já vividas anteriormente.

Já a exposição interativa pressupõe a troca, seja de informação, seja de dados, seja de conhecimentos.

Interação é um recurso da comunicação para tornar a exposição mais participativa e mais atrativa, para proporcionar uma aprendizagem, promover a produção de estímulos e tornar os objetos mais reais aos olhos do visitante.

Esta ideia é reforçada por Screven, que ao analisar o público espontâneo dos museus, coloca que: “a maioria deles tem uma forte orientação visual/sensorial, ou seja, seu interesse se volta à exploração visual do ambiente museal, principalmente dos objetos e outros elementos de encenação”.⁵⁹ Pontua ainda que os objetos vivos são o que despertam maior interesse, posteriormente a possibilidade de manusear os objetos, os atrativos novos, e por fim, os outros elementos como objetos bidimensionais e textos.

⁵⁷ TOJAL, 2007, p. 102-103 (**Grifos em negrito** da autora).

⁵⁸ RODRIGUES, D. B; [ET al], 2006,p. 5.

⁵⁹ SCREVEN *apud* CHELINI e LOPES, 2008, p. 228.

Como colocado pela autora McLean cabe lembrar que “nem toda manipulação é uma interação, e que a interação acontece quando o visitante age sobre a exposição e esta faz algo que age sobre o visitante”.⁶⁰

Podemos colocar que a manipulação que ocorre nos museus e em que não há a interação, pode ser entendida essencialmente como uma experiência sensorial, onde o visitante não participa da exposição, mas conhece os objetos expostos através dos sentidos.

Um dos autores, conhecido pela Museologia por abordar a interatividade nos Museus de Ciência, Wagensberg, afirma que a interatividade é ação de interação/entretenimento entre os sujeitos e os objetos, e pode ser alcançada em três níveis:

manualmente interativa (*'hands on'*, na terminologia dos museus modernos), mentalmente interativa (*'minds on'*) e culturalmente interativa (*'heart on'*). São objetos que explicam histórias, que conversam entre si e com o visitante. São objetos com histórias associadas, objetos vivos, objetos que se modificam.⁶¹

A interatividade estimula a participação do visitante sobre a exposição e não necessariamente necessita da utilização do toque para que o visitante o faça, podendo ser utilizados recursos como o *hearts on*, colocado por Wagensberg, que estimula a participação e o aprendizado do visitante, pela sua diversidade ou identidade cultural com a proposta pela exposição, é a visualização do objeto e a compreensão de que o mesmo tem similaridades ou disparidades com a sua região ou país. O fato de uma pessoa visitar uma exposição e compreender, apreender o conhecimento que está sendo proposto já é uma forma de interação.

Interagir é “Ato ou faculdade de diálogo intercambiável entre o usuário de um sistema e a máquina, mediante um terminal equipado com tela de visualização”.⁶² Assim, podemos ver computadores e recursos multimídia como formas de interação, mas é interessante pontuar que além do uso de jogos e simuladores, existem outras formas de fazer com que o visitante participe da exposição.

Pensar nos níveis de interação propostos por Wagensberg é perceber que o visitante tem a possibilidade de manusear o objeto para entender o funcionamento de um processo ou fenômeno e utiliza da sua mente e das suas emoções para concretizar esta interação, mas não quer dizer que o mesmo está exercendo uma

⁶⁰ MCLEAN *apud* CHELINI e LOPES, 2008, p.231.

⁶¹ WAGENSBERG, 2007, p.65.

⁶² Verbete em: *Dicionário Houaiss*, 2012. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=Interatividade>. Acesso em 15 de julho de 2014.

atividade multissensorial. Existem diversas formas que podem contemplar a participação do visitante sem a necessidade da utilização dos sentidos, mas de conhecimentos e características culturais já existentes.

Sendo assim, podemos apontar que a experiência multissensorial pode ser interativa, embora não o seja sempre.

2.8 Exemplos de Experiência Multissensorial em Museus Brasileiros

No Brasil e no mundo, podemos encontrar atividades que envolvem a experiência multissensorial. No exterior, podemos citar o *Tate Museum*, na Inglaterra; o *Musée du Louvre* e o *Musée Rodin*, na França; e o *Museu da Cerâmica*, em Portugal, entre outros. A ação de tornar os museus mais acessíveis a todos já é algo aprofundado nos países estrangeiros.

Já no Brasil, as propostas de inclusão de pessoas com deficiência geralmente se limitam à adequação do espaço físico. A intenção, aqui, é mostrar alguns projetos que vinculam a experiência multissensorial ao atendimento de públicos diferenciados. Vejamos algumas informações dispostas nos sites das instituições e expostas também pelas autoras Viviane Panelli Sarraf, 2013 e Amanda P. F Tojal, 2007:

- Pinacoteca de São Paulo – que, com a implantação do *Programa Educativo Públicos Especiais* em 2003, promove visitas guiadas com um percurso sensorial com obras tridimensionais. Possui, ademais, uma galeria sensorial, com reproduções de algumas pinturas de relevância histórica e artística, jogos sensoriais e maquetes articuladas, além de maquetes visuais e táteis de sua edificação.



Imagem 2: Maquete Tarsila do Amaral, São Paulo, óleo sobre tela, 1924. Foto de Alfonso Ballesterro
Fonte: TOJAL, 2007.

- Museu Paulista (SP) – com o projeto *A memória da Independência do Brasil ao toque das mãos: preservação e acessibilidade no Museu Paulista*, o projeto proporciona a elaboração de materiais multissensoriais como maquetes, telas táteis, miniaturas de esculturas, traduções em LIBRAS e áudio-descrição para atender ao público com deficiência.⁶³



Imagem 3: Material desenvolvido pelo Museu Paulista para atender as pessoas com deficiência
Fonte: Site do Museu Paulista

- *Célula ao Alcance da Mão* – Elaborada pelo Museu de Ciências Morfológicas da Universidade Federal de Minas Gerais, é uma exposição destinada

⁶³ Site do Museu Paulista. Disponível em: < <http://www.mp.usp.br/chamadas/conheca-os-atuais-projetos-do-servico-de-atividades-educativas>>. Acesso em 30 de julho de 2014.

principalmente a deficientes visuais e é composta por 52 modelos tridimensionais e em relevo representativos das estruturas do corpo humano.

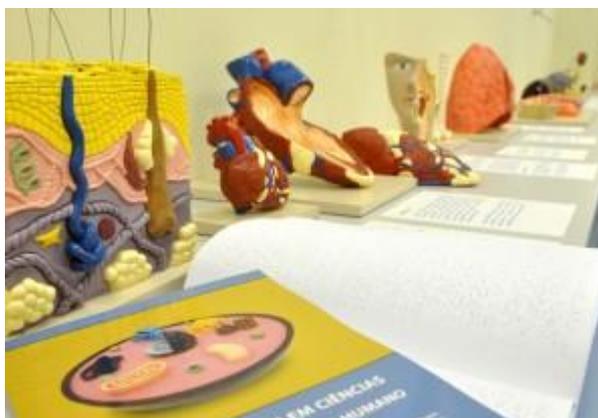


Imagem 4: Moldes em resina e gesso, em formatos tridimensionais, simulam organelas celulares, tecidos e órgãos do corpo humano.

Fonte: Site Universidade Federal de Juiz de Fora

- Museu do Futebol (SP) – Esta é uma das instituições em que a acessibilidade foi pensada desde a sua criação Possui materiais táteis relacionados à exposição, como maquetes de jogadas de futebol, retratos em relevo, rostos de jogadores. De acordo com Viviane Sarraf, em 2011, “inaugurou uma exposição temporária intitulada ‘Olhar com outro olhar’, que apresentava uma partida de Futebol de 5 (modalidade paraolímpica praticada por jogadores com deficiência visual) por meio da percepção sensorial. O diferencial dessa mostra era de que todos os visitantes foram incentivados a conhecer a exposição sem a visão, utilizando os sentidos: tato e audição”.⁶⁴
- Museu Casa de Portinari (SP) – projeto criado em parceria com organizações de atendimento a pessoas com deficiência da Região de Riberão Preto, possui um percurso tátil com representações de ambientes e maquete tátil de sua construção.
- Jardins Sensoriais – Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG (MG)/ Jardim Botânico do Rio de Janeiro (RJ): têm como proposta a utilização de todos os sentidos para a experimentação do espaço; é a interação com as plantas aromáticas ou outras plantas que existem no recinto, percebendo as diferentes texturas e, quando possível, o paladar das folhas, a audição dos pássaros ou correntes de águas que existem no entorno.

⁶⁴ SARRAF, 2013, p.139.

- Espaço Perfume Arte +História (SP) – administrado pela *Boticário*, apresenta a história dos perfumes no Brasil e no mundo, proporcionando uma experiência olfativa, além da disponibilidade de mapa tátil do acesso ao espaço.
- Museus que exploram o sentido auditivo: Centro de Memória da Fundação Dorina Nowill (SP); Museu da Bíblia da Sociedade Bíblica do Brasil, em Barueri, São Paulo.

Como podemos ver, existem alguns museus que trabalham com a acessibilidade multissensorial e possuem documentos publicados ou disponíveis que descrevem, ainda que brevemente, o que está sendo feito. Contudo, esta atividade é algo realizado com menos frequência devido à possibilidade de desgaste, deterioração ou furto dos objetos dos museus.

Todavia, como profissionais de museus, devemos analisar que é uma atividade que pode englobar a todos e, principalmente, auxiliar os deficientes visuais, pois, estamos em um ambiente prioritariamente visual e desta forma, e sem a possibilidade da utilização de outros sentidos para a apreciação das exposições, acabamos criando uma barreira maior entre os museus e as pessoas com deficiência.

Porém faz-se interessante pensar e analisar não só como os museus têm abordado a experiência multissensorial, mas como este assunto é pensado dentro do ambiente acadêmico. Os profissionais de museu que estão na academia apropriam-se do assunto? A proposta do próximo capítulo é analisar a produção de artigos e teses que tratam de experiência sensorial.

CAPITULO III

3 LEVANTAMENTO E ANÁLISE SOBRE EXPERIÊNCIA MULTISSENSORIAL EM MUSEUS

Após as conceituações discutidas e analisadas nos capítulos anteriores, o presente capítulo visa realizar uma pesquisa descritiva acerca dos Artigos Científicos, Trabalhos de Conclusão de Cursos, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, publicados sobre o tema da experiência multissensorial. Esta pesquisa tenta responder assim a seguinte questão: Existem publicações científicas sobre experiência multissensorial em museus?

Pretende-se com isso identificar as publicações científicas sobre o tema e verificar se a academia tem publicado e refletido a respeito do assunto. O capítulo está subdividido em dois subitens, em que o primeiro aborda dados gerais sobre os textos encontrados e o segundo aborda os conteúdos dos textos encontrados.

3.1 Apresentação dos Dados Gerais

Após o período de busca e análise das informações obtidas, foram encontradas 29 publicações acadêmicas sobre experiência multissensorial em Museus.

Das publicações relacionadas, 17 são artigos de periódicos, dois são Trabalhos de Conclusão de Curso, seis são Dissertações de Mestrado e quatro são Teses de Doutorado. E das 29 publicações, seis textos encontrados, foram localizadas em duas ou mais bases de dados.

Outra questão, que cabe ressaltar, é que, em decorrência das bases de dados analisadas, esta pesquisa não pretende analisar livros ou capítulos de livros que abordem o tema da experiência multissensorial em museus.

Ao realizar a busca, nos deparamos com grande quantidade de materiais referente aos termos empregados. Contudo, os mesmos não estavam diretamente relacionados à experiência multissensorial ou a utilização do tato para a acepção dos objetos. Muitos dos artigos encontrados estavam relacionados à acessibilidade física/ arquitetônica, inclusão social e inclusão digital de pessoas com deficiência,

assuntos que não correspondem ao intuito da pesquisa. Na tabela a seguir (Tabela 3), podemos ver a distribuição das publicações de acordo com as bases de dados.

Cabe lembrar que nesta tabela os textos que foram encontrados em mais de uma base de dados estão contabilizados mais de uma vez visto que o objetivo aqui era mostrar a quantidade de trabalhos encontrada em cada base de dados. Assim temos, por exemplo, o texto *The multisensory museum*, da autora Jennie Morgan, publicado na *Glasnik Etnografskog Instituta SANU* foi encontrado nas bases Periódicos CAPES/MEC e DOAJ, e na contagem total dos textos consta duas vezes, uma para cada base de dados:

Base de dados	Quantidade de Publicações
ABDM	1
Biblioteca Digital – IBCT	4
Biblioteca Digital – UFRGS	2
Biblioteca Digital – UFMG	0
Biblioteca Digital – UnB	1
Biblioteca Digital – USP	6
BRAPCI	3
DOAJ	1
JSTOR	1
NDLTD	0
Periódicos CAPES/ MEC	15
PROQUEST	3
SciELO	0

Tabela 2 – Quantidade de Artigos Científicos, TCCs, Dissertações e Teses de acordo com a Base de Dados analisadas.

Como podemos observar, a base de dados que mais possui artigos sobre o tema é o Periódicos CAPES/ MEC. Acreditamos que o fato desta base possuir em seu arranjo interno 130 bases referenciais e mais de 21.500 artigos publicados e diversas línguas, seja a razão pela qual é a base em que encontramos maior número de publicações sobre o assunto.

Interessante colocar que não foi possível encontrar publicações em três bases – Biblioteca Digital da UFMG, NDLTD e SciELO – enquanto que uma pesquisa superficial no *Google Academics*, utilizando os termos *Museu e Multissensorial*, resultou em 821 documentos sobre o assunto. Contudo, primamos por bases dados e bibliotecas digitais que possuem um valor dentro da academia, bases que são utilizadas como referência em pesquisas e desta forma, optamos por não incluir os resultados do *Google Academics*, base ainda não tão aceita.

Outra questão importante sobre as publicações pesquisadas diz respeito ao idioma utilizado. É interessante assinalar que, das 29 publicações, 14 foram publicados em português e 15 em inglês, remetendo a cinco países que publicaram os textos: Brasil, Estados Unidos, Inglaterra, Portugal e Sérvia.

Todas as 15 publicações encontradas em inglês, são artigos científicos publicados em revistas. Do material publicado em Portugal, encontramos uma Dissertação de Mestrado e uma Tese de Doutorado. Já nas publicações brasileiras, temos dois artigos, dois trabalhos de conclusão de curso, cinco Teses de Mestrado e três Dissertações de Doutorado. Deste modo, podemos perceber que o material encontrado e elaborado por autores brasileiros, versa mais para a elaboração de teses e dissertações e menos para a publicação de artigos científicos.

Analisando o gráfico 5, podemos ver também que o Brasil carrega a maior quantidade de publicações (41,7%), apesar dos termos terem sido pesquisados tanto em português quanto em inglês, mas prioritariamente em bases de dados no Brasil.

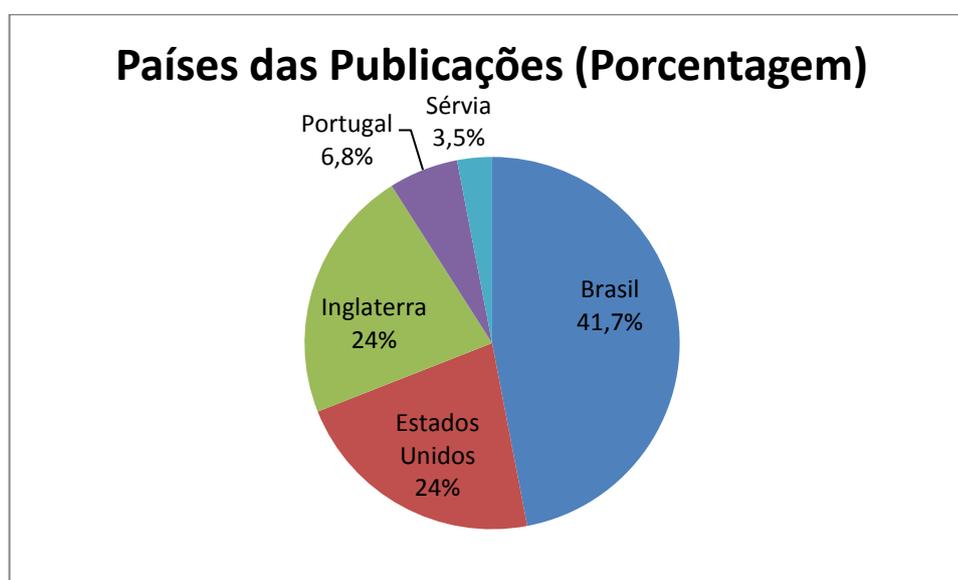


Gráfico 6 – Países das publicações em porcentagem

Acreditamos que a parcela de 24% que representa as publicações dos Estados Unidos e a de 24% que representa as publicações da Inglaterra, devem ser analisadas, pois, juntas, representam mais do que a porcentagem de publicações brasileiras. Podemos perceber também que ambos os países têm mais publicações

sobre experiência multissensorial em revistas científicas, ao contrário do que ocorre no Brasil.

Este último dado e o fato de que mais de 50% das publicações encontradas foi elaborada por autores estrangeiros, nos leva a pensar se o assunto tem sido abordado com devida atenção pela academia brasileira. Será que este é um assunto que desperta interesse dos profissionais de museus no Brasil?

Dentre os textos encontrados, a Dra. Fiona Candlin, Professora Titular do Curso de Museologia da Birkbeck, Universidade de Londres, é a que aparece com maior quantidade de publicações, três diferentes artigos nos Periódicos da CAPES/MEC (referências em anexo). Dos autores brasileiros, Amanda Pinto da Fonseca Tojal, Doutora em Ciência da Informação e sócia-diretora da empresa ArteInclusão Consultoria em ação educativa e Cultural⁶⁵, figura com mais publicações. Foram encontradas, nas bases de dados utilizadas, a sua dissertação de Mestrado e tese de Doutorado (referências em anexo).

Faz-se interessante conhecer um pouco mais sobre os autores do Brasil que publicaram artigos a respeito do assunto. Dos três artigos publicados pelos autores brasileiros, dois deles foram feitos em conjunto. O primeiro por duas museólogas, Ana Fátima Berquó Varneiro Ferreira⁶⁶ – mestre em Museologia, especialista em Áudio descrição e Presidente da Comissão de Audio-descrição no Instituto Benjamin Constant; e Diana Farjalla Correia Lima⁶⁷ – Doutora em Ciência da Informação, tem como um dos temas de pesquisa principais, Acessibilidade em museus, concentrando seus estudos em inclusão social da pessoa com deficiência.

O outro artigo elaborado em conjunto, foi pensado por Alessandra Fernandes Bizerra⁶⁸ – Bióloga, Doutora em Educação; Juliana Bettini Verdiani Cizauskas⁶⁹ – Graduada em Ciências Biológicas, Glaucia Colli Inglez⁷⁰ – Graduada em Ciências Biológicas, atualmente é coordenadora do Museu de Microbiologia do Instituto

⁶⁵ Site da Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4550176T8>>. Acesso em 31 de julho de 2014.

⁶⁶ Site da Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4511721Z6>>. Acesso em 31 de julho de 2014.

⁶⁷ Site da Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4796026T1>>. Acesso em 31 de julho de 2014.

⁶⁸ Site da Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4772944Y3>>. Acesso em 31 de julho de 2014.

⁶⁹ Site da Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4746274H7>>. Acesso em 31 de julho de 2014.

⁷⁰ Site da Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4162702J9>>. Acesso em 31 de julho de 2014.

Butantã; e Milene Tino De Franco⁷¹ – Graduada em Ciências Biológicas, Doutora em Microbiologia e Imunologia. Todas são pesquisadoras do Instituto Butantã, porém somente Glaucia Colli Inglez possui publicações referentes à Acessibilidade e a deficientes visuais em museu, a outras pesquisadoras não tem a Acessibilidade como uma de suas linhas de pesquisa.

Adriana Cristine Kirst, mestre em artes visuais, além da publicação encontrada, participa de um grupo de pesquisa sobre educação, arte e inclusão.

José Alfonso Ballesteró-Álvarez⁷², artista plástico e doutor em Poéticas Visuais, trabalha especificamente com Multissensorialidade e acessibilidade.

Maria Júlia Estefânia Chelini⁷³, bióloga, doutora em Ciências Biológicas, possui a acessibilidade em seus temas de pesquisa e vem abordando sobre o assunto em alguns eventos.

Viviane Panelli Sarraf, Pós Doutoranda em Museologia, aborda o tema de acessibilidade a pessoas com deficiência desde sua tese de mestrado, tendo ainda publicado diversos artigos, de acordo com seu currículo disposto na plataforma Lattes. Atualmente é Coordenadora da RINAM - Rede de Informação de Acessibilidade em Museus e Parecerista AdHoc da FAPESP. Trabalha com a área Acessibilidade, com destaque para acessibilidade a pessoas com deficiência e públicos não usuais.⁷⁴

Dentro os outros autores encontrados, Adriana Bolaños Mora, Luciana Conrado Martins, Rosana Éller Reiter, Tainá Noleto Martins, não possuem nenhuma publicação referente ao tema, além da encontrada nas bases de dados, de acordo com o currículo disposto na plataforma Lattes.

Assim, com estes dados colocados sobre as publicações brasileiras, temos oito autores que publicaram sobre o tema e que ainda trabalham com o assunto e sete autores que publicaram somente o texto em questão, não tiveram outras publicações e não trabalham mais com o tema.

⁷¹ Site da Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782242A5>>. Acesso em 31 de julho de 2014.

⁷² Site da Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4266704Y4>>. Acesso em 31 de julho de 2014.

⁷³ Site da Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4760836U8>>. Acesso em 31 de julho de 2014.

⁷⁴ Site da Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4229502E0>>. Acesso em 31 de julho de 2014.

Mais um ponto interessante é que, dos 17 artigos científicos encontrados, nenhum deles foi publicado na mesma revista acadêmica, assim temos 17 revistas diversificadas com, pelo menos, um artigo sobre experiência sensorial.

A última característica analisada foi a questão do ano de publicação dos textos, pois, ao realizar o levantamento inicial, não nos propusemos a estipular um período específico, já que gostaríamos de verificar desde quando tais publicações têm sido transmitidas aos seus pares.

Dentre as revistas analisadas, pudemos ter acesso a todas as edições desde o início das publicações, com exceção do periódico *Art Education Journal*, que não disponibiliza suas edições online e sobre o qual não foi possível encontrar informações acerca de sua primeira edição.

Como podemos verificar através da Tabela 3, o período das publicações encontradas, se dá entre 1998 a 2012. Interessante pontuar que estas datas se referem somente aos artigos encontrados:

Ano da Publicação	Quantidade
1998	1
2002	1
2003	2
2005	1
2006	1
2007	1
2008	1
2010	2
2011	3
2012	4

Tabela 3 – Ano das Publicações dos artigos analisados

Dentre as 17 revistas encontradas, a mais antiga delas é a Revista Sérvia *Glasnik Etnografskog Instituta SANU*, que teve sua primeira edição em 1952, em seguida temos como primeira publicação as seguintes datas para as demais revistas, visualizada através da Tabela 4:

Periódico	Primeira Edição
Revista Sérvia Glasnik Etnografskog Instituta SANU	1952
Curator: The Museum Journal	1958
Art Institute of Chicago Museum Studies	1966
International Congress Series	1970
Journal of Social History	1974
The Public Historian	1978
The International Journal of Art & Design	1982
Theory Culture Society	1982
The British Journal of Visual Impairment	1983
Revista Educação Especial	1986
Journal of Conservation and Museum Studies	1996
Television New Media	2000
Journal of Visual Culture	2002
The Senses and Society	2006
Journal on Computing and Cultural Heritage	2008
Revista Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	2008

Tabela 4 – Periódicos e datas da primeira edição

Como percebemos, as publicações dos artigos científicos situam-se entre os anos 1998 e 2012, porém apesar de ser um crescimento de 400%, o tema ainda é pouco discutido. Cabe colocar que das 17 revistas encontradas, 11 delas tem a sua primeira edição antes de 1998, assim podemos perceber que apesar de termos edições antigas, o tema não foi colocado em discussão antes deste período.

Quanto aos demais trabalhos, temos os Trabalhos de Conclusão de Curso apresentados nos anos de 2011 e 2012, ambos relativamente recentes. Já as Dissertações de Mestrado possuem um intervalo mais espaçado, sendo a primeira dissertação tendo sido defendida em 1999, e posteriormente uma em 2003, duas outras em 2008, uma em 2010 e uma em 2012. Dentre as Teses de Doutorado, temos duas em 2006, uma em 2007 e uma em 2011.

Desta forma, podemos concluir que, apesar do movimento de luta pela acessibilidade plena ter ganhado força maior em 1981, as publicações acadêmicas sobre o tema não começaram a ser divulgadas de imediato, temos um intervalo de mais de 15 anos para vermos uma publicação sobre experiência multissensorial.

Outro ponto é que, em nenhum ano enquadrado nesta tabela, houve um grande número de publicações. O maior número de publicações ocorreu, como já mencionado, em 2012, com seis textos, especificamente quatro artigos científicos, um trabalho de conclusão de curso e uma dissertação de mestrado.

Diante da informação, assinalada na introdução desta pesquisa, de que a produção científica brasileira cresceu quantitativamente entre 1999 e 2008, é frustrante não encontrar, nesse universo, nenhum artigo publicados sobre o tema da experiência multissensorial. Os únicos artigos encontrados se referem aos anos de 2011 e 2012.

3.2 Conteúdo dos textos encontrados

Quanto aos conteúdos dos textos encontrados, podemos aferir diversos pontos que despertam em nós um maior interesse. Neste trabalho, nos restringiremos a descrevê-los brevemente, sem buscar discuti-los.

Dos termos utilizados para a busca do material, pudemos encontrar 13 textos com os termos Multissensorial e Museu, oito textos com Acessibilidade e Museu, oito textos com o termo Deficiente Visual e Museu e cinco com o termo Pessoa com deficiência e Museu.

Pensando na análise do material em si, podemos perceber que a experiência multissensorial está intrinsecamente ligada aos deficientes visuais, nove dos 29 textos utilizam o termo *deficiente visual*, *cego* ou *cegueira* para falar sobre o uso da sensorialidade nos museus. Todavia, durante a elaboração dos capítulos anteriores, pudemos perceber que esta ação dos museus não deveria ser somente direcionada às pessoas com deficiência visual, mas a todas as pessoas que possam frequentar estas instituições. Os outros textos levantados estão vinculados à experiência sensorial, relatando trabalhos e experiências, mas sem a vinculação do deficiente visual como ator principal da ação, mas falando sobre a sensorialidade nos museus de uma forma geral.

A autora Sharon Shaffer, em *Opening the Doors: Engaging Young Children in the Art Museum*⁷⁵, aborda a experiência multissensorial como uma forma de inclusão e auxílio durante a visita de crianças aos museus. Menciona a utilização do toque para aproximar as crianças da história e do contexto da exposição. Este é um exemplo que reforça a ideia de que a experiência multissensorial não precisa estar ligada exclusivamente às pessoas com deficiência visual.

⁷⁵ As referências bibliográficas deste e dos demais textos citados nesta seção aparecem ao final em anexo.

Nos trabalhos de conclusão de curso encontrados, são apresentadas duas propostas de ações multissensoriais para museus de uma forma geral. Rosana Éllen Reiter, discorre sobre a elaboração de um design de exposição como experiência sensorial, em seu trabalho de conclusão de curso em Design Visual. A autora propõe, com base no Filme Laranja Mecânica e em matérias ministradas durante o curso de arquitetura, uma exposição sensorial vinculada ao cinema que possa utilizar todos os sentidos para a sua apreciação.

Já Tainá Noleto Martins, em seu trabalho de conclusão de curso em Artes Plásticas, sugere a criação de um museu sensorial e o desenvolvimento de uma mediação artístico-experimental. Para isso, a autora traça caminhos teóricos e práticos para a conclusão deste projeto e sugere que o mesmo possa atender adultos e crianças com algum tipo de deficiência.

Vemos também, nos textos de Viviane Panelli Sarraf e Amanda Pinto da Fonseca Tojal, que há a necessidade da criação de Políticas Públicas de acessibilidade que possam abarcar a todas as pessoas com deficiência, pois apesar de possuímos no Brasil leis que exijam a promoção da acessibilidade em todos os locais, não é algo que podemos ver de forma plena. As autoras propõem uma nova forma de atuação dentro das instituições, sejam elas públicas ou privadas que auxiliem no acesso à cultura pelas pessoas com deficiência.

Outra questão colocada pela autora Constance Classen, no texto *Museum Manners: The sensory life of the early museums*, é a questão de que os museus anteriormente possibilitavam o toque dos visitantes nos objetos, porém com o avanço das formas de conservação ao longo dos anos, esta foi uma ação coibida dentro das instituições museais.

José Alfonso Ballester-Alvaréz busca questionar se arte pictórica pode ser acessível aos deficientes visuais, propondo a elaboração de imagens multissensoriais para auxiliar no ensino e produção artística. O autor discute como as pessoas com deficiência através de seu imaginário tátil, podem conceber determinados entendimentos.

Os demais textos são relatos de atividades com experiência multissensorial nos museus ou análises das atividades de acessibilidade de diversos museus para pessoas com deficiência.

Dentre os textos encontrados, podemos perceber que grande parte, principalmente os artigos, é composta de relatos de experiências que ocorreram em

diversos museus (22 textos) e sete publicações são pesquisas sobre o assunto. Muitos destes textos que relatam propostas e experiências mostram o resultado positivo destas e poderiam ser utilizados como exemplos para tornar outros museus mais acessíveis.

Um relato, que nos chamou a atenção e que deveríamos pontuar por ser uma atividade diferente, é o proposto pelo autor Adam Steinberg no texto *What We talk when we talk about food: Using food to teach History at the Tenement Museum*. O texto relata a experiência elaborada pela instituição de uso da experimentação de alimentos vinculados à história do local, trazendo a discussão sobre a presença de imigrantes e pessoas nascidas nos Estados Unidos e a utilização do alimento como forma de definir sua identidade e comunidade.

Uma última questão interessante é que, dos textos encontrados, 10 abordam experiências em Museus de Artes, três em Museus Históricos, dois em Museus de Ciência e Tecnologia e os demais 14 falam sobre museus em geral ou sobre diversos museus de várias tipologias. Constatamos, portanto, que há maior interesse nos Museus de Artes em desenvolver formas mais eficazes para abranger a todas as pessoas durante sua visita.

Conforme observamos, a experiência multissensorial, como fonte de produção acadêmica, tem conquistado espaço ao longo dos anos. No entanto, ainda não é algo representativo. Em um período de 14 anos, foram apenas 29 publicações acadêmicas somando as produções do Brasil, Estados Unidos, Inglaterra, Portugal e Sérvia, de acordo com as bases de dados analisadas.

Em breve pesquisa, utilizando os termos Conservação e Museu, no Scielo, uma base em que não encontramos nenhum texto sobre experiência multissensorial, pudemos obter 26 publicações sobre conservação entre 1997 e 2013. Na mesma base, utilizando o termo Exposição e Museu, encontramos 16 textos, publicados entre 1999 e 2013.

Se compararmos a outros temas da Museologia, como a expografia, a conservação e acessibilidade física, constatamos que, embora este seja um assunto que venha ganhando espaço, ainda requer maior atenção e carece ser abordado com maior frequência, pois as pessoas com deficiência têm o direito de desfrutar da cultura e do lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos ao longo desta pesquisa à acessibilidade é necessária, quiçá imprescindível em todos os lugares incluindo nos museus. Entendemos que todas as pessoas devem ter a chance de usufruir dos momentos de lazer e cultura, de serem *sujeitos* da história, de fazerem parte dela.

Assim como nas instituições museais conhecidas ao longo do período de formação acadêmica e em outras oportunidades, também na academia, a acessibilidade sensorial não tem sido abordada de forma abrangente ou, pelo menos, não tem sido comunicada / publicada em bases de dados ou bibliotecas digitais.

A experiência de entrar em contato através de diversos sentidos, não só a visão, a possibilidade de sentir ao menos uma réplica ou uma representação de uma obra com as mãos, não é algo que se encontra com frequência nos museus.

Devemos pensar em propostas, projetos, possibilidades que promovam a inclusão em todos estes espaços. Não devemos refletir apenas sobre a acessibilidade física, pois proporcionar a uma pessoa com deficiência a entrada em um museu não é suficiente para que ela possa aproveitar todas as oportunidades de lazer e fruição que uma exposição possa oferecer.

Muitas vezes são questões simples que podem ser mudadas e pensadas com atenção, como uma iluminação apropriada, textos claros, a possibilidade do toque em amostras em que esta ação não seja prejudicial.

A intenção não é criar algo à parte, uma atividade extra ou uma sala especial que possa atender a determinado grupo de pessoas, mas trazer para o espaço comum a pessoa com deficiência sem a necessidade de acompanhamento ou agendamentos de visitas, e sim de forma autônoma. Promover ações para que possamos não tratar a diferença como algo à parte, mas que possamos conviver com ela, tratar a todos com respeito, uma vez que todos somos diferentes e temos nossas particularidades. Todos nós possuímos necessidades e potencialidades que devem ser respeitadas.

Como adverte por Viviane Panelli Sarraf:

Promover a acessibilidade segundo os parâmetros do Movimento de Inclusão Social é **fazer com** (a pessoa com deficiência) e não **fazer para**,

pois é nesse detalhe que está o maior risco de perpetuar o assistencialismo e a discriminação.⁷⁶

Promover a acessibilidade é eliminar barreiras, dar oportunidade para que as pessoas com deficiência possam fazer o que desejam sem a necessidade de acompanhamento. Neste sentido, cabe a nós, na academia, propor caminhos e escrever sobre o assunto. Devemos recomendar que os cursos de Museologia discorram sobre o tema da acessibilidade com frequência de tal modo que deixe de ser algo raro nas discussões acadêmicas.

O número de 29 trabalhos encontrados em um período de 14 anos demonstra que este assunto ou não tem sido trabalhado ou não tem sido publicado como mereceria em vista da realidade das pessoas com deficiência. Não dispomos de muitas informações ou relatos de atividades como estas nos museus, como deveria ocorrer.

A intenção nesta pesquisa era descobrir se existiam publicações sobre o assunto; se dentro do ambiente acadêmico havia debates sobre experiência multissensorial. Percebemos que estas existem, mas, no entanto, seu número ainda é ínfimo, em especial se compararmos a outros temas dentro da área.

Não há dúvidas, no entanto, de que o tema é de grande relevância e deve ser pensado não somente na academia, mas por todos os profissionais, em especial os profissionais de museu, independentemente de sua área de formação. Afinal, a instituição museológica não se faz só de um museólogo, mas de uma equipe interdisciplinar que deve estar pronta para receber a todas as pessoas, sejam quais forem as suas condições físicas, psicológicas ou sociais.

⁷⁶ SARRAF, 2008, p.100. (Destaque dado pela autora)

REFERÊNCIAS

AIDAR, Gabriela. Arte e Cultura, Inclusão e Cidadania. In: *Seminário “Inclusão da Pessoa com Deficiência Visual – Uma ação compartilhada”*. São Paulo: Laramara – Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual, 2003.

AQUINAS, T. *Aquinas Commentary on Aristoteles Metaphysics*. Translation and Introduction by John P. Rowan. Dum On Books: 1995. [S.l.]. p. 4-5.

ARBOIT, Aline Elis; BUFREM, Leilah Santiago; FREITAS, Juliana Lazzarotto. Configuração epistemológica da Ciência da Informação na literatura periódica brasileira por meio de análise de citações: (1972-2008). *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.15, n.1, p. 18-43, jan./abr. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro, 2004.

BALLESTERO-ÁLVAREZ, J. A. *Multissensorialidade no ensino de desenho a cegos*. São Paulo, 2003. 121 p. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985. Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. Brasília, DF, 1985.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF, 2009.

Cadernos tramas da memória 2013 / Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará Deputado Pontes Neto; Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - n. 3 (mai.2013) - Fortaleza: INESP, 2013.

Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília : SDH-PR/SNPD, 2012.

CASTRO, Júlio Vitor Rodrigues de. *Análise da produção científica dos pesquisadores em ciência da informação nos periódicos brasileiros*. Belo Horizonte, 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

CHELINI, Maria Júlia Estefânia; LOPES, Sônia Godoy B. C. Exposições em Museus de Ciências: reflexões e critérios para a análise. *Anais de Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.16. n.2. p. 205-238. jul.- dez, 2008.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário*. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 1997.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane e BRASILEIRO, Alice. *Acessibilidade a Museus* / Regina Cohen, Cristiane Duarte e Alice Brasileiro - Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012. 190 p.

CRUZ, Luciana R. da; BARRETO, Sidirley de J. *A Importância do lazer na inclusão da pessoa portadora de deficiência mental na sociedade*. Instituto Catarinense de Pós-Graduação. [s.d.]. Disponível em: <www.icpg.com.br>. Acesso em 09 de julho de 2014.

Desenho Universal – Habitação de interesse social. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo: 2010.

Elisabete Leone. Entre o tato e a visão: bifurcação dos caminhos. *Ghrebh* – Revista de Semiótica, cultura e mídia. 2003. Disponível em: <<http://www.revista.cisc.org.br/ghrebh4/artigos/04elisabeteleone102003.html>> Acesso em 09 de julho de 2014.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS. *Museus e Acessibilidade*. Coleção Temas de Museologia. Lisboa: Instituto Português de Museus (IPM), 2004.

IBRAM. *Museus em Números*/Instituto Brasileiro de Museus Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. 240 p.; vol. 1

KIRCHOF, Edgar Roberto. *A Estética Antes da Estética: de Platão, Aristóteles, Agostinho, Aquino e Locke a Baumgarten*. Editora da ULBRA. [S.d.] [s.l.]

ICOM. *Código de ética do ICOM para Museus*. Brasília, DF: 2010. Disponível: <<http://www.alvarestech.com/lillian/Museologia/CodigoEtica20062010.pdf>>. Acesso em 10 julho de 2014.

KIRK, Samuel Alexander; GALLAGHER, James John. *Educação da criança excepcional*. 2. ED. São Paulo: M Fontes, 1991. 502 p.

LIMA, F. J.; LIMA, R.A.F; SILVA, J. A. A preeminência da visão: crença, filosofia, ciência e o cego. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 2 (52), 2000. p. 51-61.

MARTINS, Patrícia Isabel S. R. *A Inclusão Pela Arte: Museus e Públicos com Deficiência Visual*. Lisboa, 2008. 462 p. Dissertação (Mestrado em Museologia e Museografia) – Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

MONTAGU, Ashley. *Tocar: o significado humano da pele*. 4. ed. São Paulo: Summus, 1988. 427 p.

Museologia: Roteiros Práticos – Acessibilidade. Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries. [tradução: Maurício O. Santos e Patrícia Souza]. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: [Fundação] Vitae, 2005.

NEVES, Josélia. *Comunicação Multisensorial em Contexto Museológico*. Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 2, p. 180-192. Portugal, 2009.

ONU. Declaração dos Direitos da Pessoa das Pessoas “Portadoras de Deficiência” (sic!), 1975. Disponível em: <<http://www.ppd.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=306>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Nova York, 2007.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino da história*. Chapecó: Argos, 2004. 178 p.

RODRIGUES, D. B; CABRAL, F. A.; NOVAIS, R. C.; ALBINO, J. C. A. Experiência Sensorial, a Especialidade da Casa: A Gestão da Experiência em Restaurante Temático. IN: *XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Brasília: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Ciências da Comunicação, 2006.

RODRIGUES, Maria de Lourdes A. *Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos*. Paraná, 2006. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/a_pdf/modulo3-tema5-aula1.pdf>. Acesso em 06 de julho de 2014.

SARRAF, Viviane Panelli. *Reabilitação do Museu: Políticas de Inclusão Cultural por meio da Acessibilidade*. São Paulo, 2008. 181 p. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Cultura da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SARRAF, Viviane Panelli. *A comunicação dos sentidos nos espaços culturais brasileiros: estratégias de mediações e acessibilidade para as pessoas com suas diferenças*. São Paulo, 2013. 236 p. Dissertação (Doutorado – Área de Concentração: Comunicação Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 2ª Ed., Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Símbolos para deficiências na trajetória inclusiva. *Reação*, ano XII, n. 66, jan./ fev. 2009, p. 11 – 17.

TOJAL, Amanda Fonseca. Acessibilidade e inclusão de públicos especiais em museus. In: BALLESTERO, Alfonso et al. (Org.). *Caderno de Acessibilidade: reflexões e experiências em exposições e museus*. São Paulo: Expomus, 2010.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. *Museu de Arte e Público Especial*. São Paulo, 1999. 200 p. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Artes) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. *Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus*. São Paulo, 2007. 322 p. Tese (Doutorado - Ciência da Informação, Área de Concentração: Cultura e Informação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

VIVARTA, Veet. *Mídia e deficiência*. Veet Vivarta, coordenação. – Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003. 184 p. ; il. color. – (Série Diversidade)

WAGENSBERG, Jorge. El museo “total”, una herramienta de cambio social In: PERA, Rosa (org.) *Elisava – Postgrado en Dirección de Proyectos Expositivos – Dossier Documental*. Barcelona: Elisava, 2007.

WEB REFERÊNCIAS

BBC Brasil. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/2010/01/100127_brasil_russia_ciencia_rw.shtml. Acesso em 26 de julho de 2014.

Biblioteca da Universidade de Brasília. Disponível em: <http://www.bce.unb.br/bases-de-dados/>. Acesso em 24 de julho de 2014.

Faculdade de Ciência da Informação. Disponível em: <http://www.museologia.fci.unb.br/index.php/curso/currículo/manual-do-curso-de-museologia>. Acesso em 02 de maio de 2014.

Museu Paulista. Disponível em: <http://www.mp.usp.br/chamadas/conheca-os-atuais-projetos-do-servico-de-atividades-educativas>. Acesso em 30 de julho de 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – Site Brasil. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em 05 de julho de 2014.

Plataforma Lattes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/>>. Acesso em 31 de julho de 2014.

Revista Veja São Paulo. Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/materia/museu-curiosos>>. Acesso em 25 de julho de 2014.

Universidade de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/2010/09/27/centro-de-ciencias-expoe-%E2%80%9Ca-celula-ao-alcance-das-maos%E2%80%9D/>>. Acesso em 25 de julho de 2014.

ANEXOS

ANEXO A – REFERÊNCIAS DOS TEXTOS OBTIDOS

BALLESTERO-ÁLVAREZ, José Alfonso. *Multissensorialidade no ensino de desenho a cegos*. São Paulo: USP, 2003. Dissertação Apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (Mestrado em Artes). Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27131/tde.../alfonso1.pdf>.

BIZERRA Alessandra Fernandes; CIZAUSKAS, Juliana Bettini Verdiani; INGLEZ, Glaucia Colli, DE FRANCO, Milene Tino. “Conversas de aprendizagem em museus de ciências: como os deficientes visuais interpretam os materiais educativos do museu de microbiologia?”. In: *Revista Educação Especial*. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, vol. 25, no. 42, p. 57-73, jan-abr/2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/viewFile/4341/3092>>.

BRADY, Miranda J. “Subjectivity through Self-Education: Media and the Multicultural Citizen at the National Museum of the American Indian”. In: *Television New Media*, 2011 12(5), p. 441-459, [originally published online 31 December 2010]. Disponível em: <<http://tvn.sagepub.com/content/12/5/441.short>>.

CANDLIN, Fiona. “Blindness, Art and Exclusion in Museums and Galleries”. In: *The International Journal of Art & Design* 22 (1), pp. 100-110. Inglaterra, 2003. Disponível em: <<http://eprints.bbk.ac.uk/745/>>.

CANDLIN, Fiona. “The dubious inheritance of touch: Art history and museum access”. In: *Journal of Visual Culture*, August/2006, vol. 5, no. 2, p. 137-154 (Inglaterra). Disponível em: <<http://vcu.sagepub.com/content/5/2/137.short>>.

CANDLIN, Fiona. “Touch and the limits of the rational museum or can matter think?”. In: *The Senses and Society*, Nov, 2008, Vol. 3(3), p. 277 (Inglaterra). Disponível em: <<http://eprints.bbk.ac.uk/788/>>.

CHELINI, Maria-Júlia Estefânia. *Moluscos no Espaço expositivo*. São Paulo: USP, 2006. Tese apresentada ao Instituto de Biociências na Universidade de São Paulo (Doutorado em Ciências, na Área de Zoologia). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41133/tde-19012007-144207/en.php>>.

CLASSEN, Constance. “Museum Manners: The sensory life of the early museum”. In: *Journal of Social History*, Vol.4, no. 4, Summer 2007, p.895-914. Inglaterra, 2007. Disponível em: <<http://connection.ebscohost.com/c/articles/25575930/museum-manners-sensory-life-early-museum>>.

ESKRIDGE, Robert. “Museum Education at the Art Institute, 1980-2003: Expansion, Diversity, Continuity”. In *Art Institute of Chicago Museum Studies*, Vol. 29, No. 1, Museum Education at The Art Institute of Chicago, 2003, p. 72-96. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4113028>>.

FARO, Suzana. “Museu: Objeto de desejo? Desafios da comunicação com públicos periféricos”. Porto: Universidade de Porto, 2006. Dissertação em em Museologia pela Universidade de Porto (Doutorado em Museologia). Disponível em:

<<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/53938/2/tesedoutsuzanafarovol1000121126.pdf>>.

FERREIRA, Ana Fátima Berquó Varneiro; LIMA, Diana Farjalla Correia. “Informação Especial No Museu - Acessibilidade: a inclusão social da pessoa com deficiência visual”. In: *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, vol. 4, No 1, 2011. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/54/91>>.

HAND, Kozue; DAIROKU, Hitoshi; TORIYAMA, Yoshiko. “Investigation of priority needs in terms of museum service accessibility for visually impaired visitors”. In: *The British Journal of Visual Impairment*, Vol. 28(3): 221–234, Inglaterra: 2010. Disponível em: <<http://jvi.sagepub.com/content/28/3/221.abstract>>.

HETHERINGTON, Kevin. “The Unsightly - Touching the Parthenon Frieze”. In: *Theory Culture Society*. Estados Unidos, 2002 19: 187. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/publication/42791098_The_Unsightly_touching_the_P arthenon_Frieze](http://www.researchgate.net/publication/42791098_The_Unsightly_touching_the_P_ arthenon_Frieze)>.

KIRST, Adriane Cristine. *As aprendizagens do público com deficiência visual: uma experiência de diálogo com a arte contemporânea*. Florianópolis: UDESC, 2010. Dissertação pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais do CEART/ UDESC (Mestrado em Artes Visuais). Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2176>.

KUSAYAMA, Kozue. “Access to museums for visually challenged people in Japan”. In: *International Congress Series*, vol. 1282, p.877-880, Inglaterra, 2005. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0531513105008253>>.

MAJEWSKI, Janice; BUNCH, Lonnie. “The Expanding Definition of Diversity: Accessibility and Disability Culture Issues in Museum Exhibitions”. In: *Curator: The Museum Journal*, Volume 41, Issue 3, pages 153–160, Estados Unidos: September 1998. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.2151-6952.1998.tb00829.x/abstract>>.

MARTINS, Luciana Conrado. *A constituição da educação em museus: o funcionamento do dispositivo pedagógico museal por meio de um estudo comparativo entre museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia*. São Paulo: USP, 2011. Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Doutorado em Educação). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04072011-151245/pt-br.php>>.

MARTINS, Patrícia Isabel Sousa Roque. “Inclusão pela Arte: museus e públicos com deficiência visual”. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. Dissertação em Museologia e Museografia pela Universidade de Lisboa (Mestrado em Museologia). Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/647>>.

MARTINS, Tainá Nolêto. “Horizontes de um Museu Sensorial”. Brasília, DF: UnB, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso em Artes Plásticas pela Universidade de

Brasília. Disponível em:
<http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3704/1/2011_TainaNolettoMartins.pdf>.

MORA, Adriana Bolaños. *Design Inclusivo Centrado no Usuário: Diretrizes para ações de inclusão de pessoas cegas em museus*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Dissertação pelo Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Mestrado em Design). Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/75770/000882925.pdf?sequence=1>>.

MORGAN Jennie. “The multisensory museum”. In: *Glasnik Etnografskog Instituta SANU*, Vol. 60, Iss 1, Pp 65-77, Serbia, 2012. Disponível em:
<<http://www.doiserbia.nb.rs/img/doi/0350-0861/2012/0350-08611201065M.pdf>>.

REICHINGER, Andreas; MAIERHOFER, Stefan; PURGATHOFER, Werner. “High-Quality Tactile Paintings”. In: *Journal on Computing and Cultural Heritage*, vol. 4, issue 2, Estados Unidos, 2011. Disponível em:
<<http://www.vrvis.at/publications/pdfs/PB-VRVis-2011-009.pdf>>.

REITER, Rosana Éllen. *Design de exposição como experiência sensorial*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso em Design Visual pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. Disponível em:
<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70342?locale=pt_BR>.

SARRAF, Viviane Panelli. *Reabilitação do museu: Políticas de Inclusão Cultural por meio da Acessibilidade*. São Paulo: USP, 2008. Dissertação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (Mestrado em Ciência da Informação). Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17112008-142728/pt-br.php>>.

SHAFFER, Sharon. “Opening the Doors: Engaging Young Children in the Art Museum”. In: *Art Education*, Nov.2011, Vol. 64 Issue 6, p. 40. Disponível em:
<<http://connection.ebscohost.com/c/articles/87049864/opening-doors-engaging-young-children-art-museum>>.

STEINBERG, Adam. “What We Talk About When We Talk About Food: Using Food to Teach History at the Tenement Museum”. In: *The Public Historian*, Vol. 34, No. 2, pp. 79–89 (May 2012). Disponível em:
<<http://www.jstor.org/discover/10.1525/tph.2012.34.2.79?uid=38314&uid=3737664&uid=2134&uid=38313&uid=5909624&uid=2&uid=70&uid=3&uid=67&uid=5910200&uid=62&sid=21104033568341>>.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. *Museu de Arte e Público Especial*. São Paulo: USP, 1999. Dissertação apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. (Mestrado em Artes). Disponível em:
<http://www.arteinclusao.com.br/publicacoes/Dissertacao_com_ilustracao.pdf>.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. *Políticas Públicas Culturais de Inclusão de Públicos Especiais em Museus*. São Paulo: USP, 2007. Tese apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. (Doutorado em Ciência da

Informação). Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-19032008-183924/pt-br.php>>.

TOOP, David. "Sounding the Object: a Timebase Archive". In: *Journal of Conservation and Museum Studies* 10(1), Inglaterra, 2012, 39-43. Disponível em:
<<http://www.jcms-journal.com/article/view/jcms.1011203/44>>.